



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 38 - Nº 764 - DE 24 DE MAIO A 6 DE JUNHO DE 2026 - R\$ 5,00



Bolívia

Todo apoio ao levante de camponeses, operários e trabalhadores da classe média!



A fortaleza do movimento está em confluir a luta direta com o programa estratégico do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem plenárias de apoio aos explorados bolivianos contra o governo ultradireitista e pró-imperialista de Rodrigo Paz

Estados Unidos ameaçam invadir Cuba

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de constituir a frente única anti-imperialista, sob as bandeiras da autodeterminação das nações oprimidas, da soberania nacional, da nacionalização do grande capital, do fim do intervencionismo das potências e das guerras de dominação.

DEFESA INCONDICIONAL DE CUBA!



17 anos do falecimento do camarada Guillermo Lora

Memória Eterna ao revolucionário marxista-leninista-trotskyista

Estados Unidos ameaçam invadir Cuba

O exemplo da Venezuela demonstra que somente a mobilização da classe operária, em aliança com os camponeses e demais oprimidos urbanos, pode combater a ofensiva do imperialismo

A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de constituir a frente única anti-imperialista, sob as bandeiras da autodeterminação das nações oprimidas, da soberania nacional, da nacionalização do grande capital, do fim do intervencionismo das potências e das guerras de dominação

Defesa incondicional de Cuba!

A Revolução Cubana de 1959 rompeu com as heranças do colonialismo e, em particular, com os elos de dominação do imperialismo. A ilha do Mar do Caribe, próxima dos Estados Unidos, estabeleceu a sua autodeterminação e independência nacional por meio da revolução que expropriou os latifundiários, entregou as terras aos camponeses, golpeou o capital externo, nacionalizou a economia, impôs o monopólio do comércio exterior e abriu o caminho da transição do capitalismo ao socialismo.

A Revolução Cubana se deu nos marcos da profunda crise mundial do capitalismo, cujos reflexos na América Latina estiveram na base dos movimentos de libertação nacional. Os Estados Unidos não puderam esmagar a revolução em um país completamente agrário justamente devido à situação convulsiva latino-americana, marcada pelo avanço da luta de classes. Ou seja, pelas revoltas operárias, camponesas e de camadas da classe média urbana arruinada. Apesar dos golpes militares e das derrotas sofridas pelos movimentos nacionais, em grande medida dirigidos por direções nacionalistas burguesas e pequeno-burguesas, que se seguiram à revolução de 1959, não foi possível fazer triunfar a reação imperialista montada no continente pelos Estados Unidos.

A Revolução Cubana se nutriu das conquistas da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Chinesa de 1949. Assim se passou porque confluía com as conquistas do proletariado mundial. Os Estados Unidos não tiveram êxito na invasão da Baía dos Porcos, em 1961, utilizando-se dos cubanos refugiados em Miami, mas mantiveram o controle colonialista do território de Guantánamo, onde conservaram sua base militar construída em 1898.

O fato de não terem conseguido esmagar a revolução expôs a força do proletariado mundial e latino-americano. A sua política de ameaça constante de invasão a Cuba esteve alicerçada no cerco econômico, nas sanções e nas frequentes tentativas de constituir uma oposição contrarrevolucionária ao regime de Fidel Castro.

O processo de restauração capitalista, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a integração à ordem mundial capitalista levaram ao isolamento de Cuba e ao seu enfraquecimento econômico, o que favoreceu o cerco dos Estados Unidos. Contribuíram também decisivamente para isso a política de colaboração de classes desenvolvida pelo

reformismo burguês e pequeno-burguês e os golpes militares que ganharam força desde meados da década de 1960. Os Estados Unidos usaram seu poderio econômico e militar para organizar e alimentar um amplo movimento contrarrevolucionário na América Latina. É importante assinalar o golpe de Banzer, de agosto de 1971, na Bolívia, que teve por objetivo liquidar a Assembleia Popular e impedir a revolução social. Cabe ainda destacar o início do processo golpista no continente a partir do Brasil, com o golpe militar de 1964, que derrubou o governo nacionalista de João Goulart. Na sequência, sobrevieram os golpes contrarrevolucionários no Chile e na Argentina.

Nesse quadro tão adverso à luta operária e camponesa, é surpreendente que os Estados Unidos não tenham conseguido varrer a Revolução Cubana. A explicação está em que as conquistas transformadoras nesse país tão limitado do ponto de vista capitalista deitam raízes profundas na revolução latino-americana, que, apesar de bloqueada e adormecida, nunca deixou de assombrar o imperialismo.

Agora, as ameaças dos Estados Unidos e as medidas reacionárias lançadas e mantidas pelo imperialismo norte-americano durante décadas ganham uma dimensão distinta e podem retomar historicamente a invasão da Baía dos Porcos. A intervenção militar na Venezuela, a derrubada do presidente Nicolás Maduro, a capitulação da ala chavista encarnada por Delcy Rodríguez e a entrega do controle do petróleo ao manejo da Casa Branca potencializaram o velho objetivo dos governos estadunidenses de liquidar de vez as conquistas da revolução social em Cuba. Essa ofensiva se apoia na implantação de governos direitistas e ultradireitistas, francamente pró-imperialistas, na América Latina. Dessa vez, o bloqueio econômico é mais efetivo. Cuba já estava debilitada economicamente e golpeada politicamente pelo processo de restauração capitalista.

O cerco imperialista chegou ao ponto de Trump oferecer a migalha de 100 milhões de dólares como forma de financiar um grupo de oposição que se apoia nas precárias condições de vida da população. O criminoso de guerra fala em nome da “ajuda humanitária”, que seria entregue à Igreja Católica. Em troca, o governo cubano teria de abrir caminho para o retorno dos capitalistas cubanos e norte-americanos.

O processo aberto contra Raul Castro e outros membros do governo cubano, que em 1996 autorizaram a derrubada de duas aeronaves que partiram dos Estados Unidos e inva-

diram o espaço aéreo cubano, sob a justificativa de defender um grupo de transfuga que saía do país em direção a Miami. Essa medida tão somente serve de grosseira justificativa para uma possível invasão à Ilha, caso o Estado cubano não entregue os condenados pela lei norte-americana. Recordemos que no caso da Venezuela a justificativa foi a de que Maduro fazia parte do narcoterrorismo, acusação posteriormente jogada na lata do lixo.

A Rússia e a China, que poderiam romper o seu isolamento, mantêm posições nacionais contidas e neutralizadas. Países latino-americanos que poderiam socorrer Cuba, como o México e o Brasil, seguem os mesmos passos da Rússia e da China. Em palavras, todos condenam o esmagamento econômico e se dizem contrários a uma intervenção dos Estados Unidos, como a que se passou na Venezuela.

O governo chinês se reuniu com Donald Trump, mostrou a importância estratégica de Taiwan, mas se conteve diante do avanço dos Estados Unidos em seu objetivo de anexar Cuba. Em seguida, Xi Jinping se reuniu com Vladimir Putin, e decidiram publicar uma declaração de defesa da autodeterminação de Cuba. Por enquanto, continuam no mundo das palavras, quando os Estados Unidos travam uma guerra de dominação no Oriente Médio contra o Irã, Israel progride em sua guerra de anexação da Palestina, bombardeia o Líbano, e a guerra na Ucrânia se mantém como pivô da crise mundial.

Nesse exato momento, a União Europeia promove uma reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros da OTAN, na Suécia, para discutir o seu financiamento e sua relação com os Estados Unidos, que estão retirando parte de seu contingente militar da Alemanha e transferindo-o para a Polônia. Trata-se de um encontro movido pelos conflitos dos europeus com os Estados Unidos em torno à exigência de Trump de que a União Europeia se incorpore à guerra contra o Irã e, em particular, à abertura do Estreito de Ormuz.

O imperialismo como um todo tem em comum a decisão de impulsionar a escalada militar. A Rússia, nesse marco, procura

exibir seu poderio fazendo um teste de mísseis com capacidade nuclear.

A dramática situação de Cuba emerge nas condições do agravamento da guerra comercial e das medidas intervencionistas dos Estados Unidos. Eis por que as contradições econômicas do capitalismo e as disputas de mercado, bem como a corrida tecnológica, que implica a questão das matérias-primas, vêm gestando uma ampla crise política na Europa e, inclusive, nos Estados Unidos. A América Latina acaba refletindo e servindo de caixa de ressonância aos conflitos mundiais, encarnados pelas potências imperialistas.

O fator decisivo para reagir ao processo de desintegração capitalista e para defender as condições de existência das massas se encontra na luta de classes. As massas oprimidas tendem a reagir em toda parte, incluindo os Estados Unidos. Os acontecimentos mais recentes da luta de classes na América Latina se manifestam na Bolívia. O governo ultradireitista e pró-imperialista de Rodrigo Paz mal sentou na cadeira presidencial e já sentiu o chão estremecer sob seus pés com os levantes camponeses, de setores da classe média urbana e operários. A importância desse acontecimento está em que a situação pré-insurrecional conta com a presença do Partido Operário Revolucionário (POR), que vem intervindo no sentido de fazer o movimento confluir com a estratégia revolucionária da tomada do poder e da constituição de um governo operário e camponês.

É com essa linha que a vanguarda revolucionária trabalha no seio das massas para constituir uma assembleia popular e pôr em pé a frente única anti-imperialista. Esse é o caminho a ser seguido no Brasil e na América Latina. É com o programa da revolução social e com a organização da frente única anti-imperialista que a maioria oprimida lutará pela autodeterminação das nações oprimidas, pelo fim do intervencionismo na Venezuela e contra os ataques dos Estados Unidos a Cuba.

Viva a Revolução Cubana!

Em defesa das conquistas revolucionárias de Cuba!

Candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, atolado no pântano do caso Master

Mais uma evidência da decomposição da democracia oligárquica brasileira

Flávio Bolsonaro procurou se esquivar da denúncia de receber dinheiro do banqueiro Daniel Vorcara, mas as provas de seu envolvimento são contundentes. A família Bolsonaro se utilizou da produção de um filme hollywoodiano – o longa metragem *Dark Horses* – sobre a vida do ex-presidente preso Jair Bolsonaro, para arrecadar e desviar dinheiro. A obra prima sobre a vida do golpista, carreirista e facínora custaria R\$ 134 milhões. Vorcara



chegou a entregar R\$ 61 milhões. Flávio Bolsonaro cobrou do dono da mina de ouro o cumprimento do acordo. Essa transação foi gravada pelo *The Intercept Brasil* e, finalmente exposta, no momento de acirramento da polarização eleitoral entre as candidaturas presidenciais de Lula e Flávio.

O escândalo da quebra do Banco Master tomou proporções gigantescas quando, em novembro de 2025, o Banco Central decretou a sua li-

quidação. Mas as investigações vinham em um crescendo desde 2024. A “Operação Compliance Zero”, movida pela Polícia Federal (PF), indicou que se tratava de um amplo emaranhado esquema e jogo financeiro construído pelo banqueiro Vercaro, sua família e políticos.

Em meio às revelações, se expôs o envolvimento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em particular Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. O fato é que o leque foi se abrindo até demonstrar a profunda implicação de Flávio e sua família. Quase simultaneamente, veio à tona a participação do ex-ministro de Bolsonaro e presidente do Partido Progressista (PP), Ciro Nogueira. Pelo menos dois grandes partidos da burguesia, o Partido Liberal (PL) e o PP, estão devidamente identificados com a obra criminosa de Vercaro.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, do MDB, saiu dos noticiários, mas se sabe que está implicado até a medula. O político fez parte dos acontecimentos golpista de 8 de janeiro de 2023, que abalaram a capital do país. Não conseguiu tapar o buraco do Master, fracassando em sua tentativa de colocar o Banco Regional de Brasília (BRB) como avalista e comprador da instituição financeira mergulhada em títulos de créditos falsos e toda sorte de jogatina. O Banco Central frustrou esse recurso ao liquidar o banco de Vercaro.

Nesse processo, se revelou a participação de dois importantes funcionários de carreira do Banco Central foram indiciados como agentes da quadrilha de Vercaro. Expostas figuras tão destacadas, faltava identificar a ratazana do ninho da família Bolsonaro. Todos os implicados são influentes na política burguesa, a exceção dos dois funcionários do Banco Central, que comparecem como peixes pequenos. A exposição de Flávio Bolsonaro tem a particularidade de interferir no processo eleitoral de outubro.

A ultradireita e direita se viram desnordeadas. Surgiu a questão sobre a viabilidade da candidatura de Flávio conseguir manter-se no alto da disputa. Em princípio, sofreu um duro golpe. Emergiu a biografia da família Bolsonaro, no seio da qual Flávio se distingue por ter armado o esquema da “rachadinha” quando era deputado no Rio de Janeiro. É nesse marco que a família Bolsonaro ressentiu o respingo ácido de seu vínculo com as milícias. Ainda continua na sombra as suspeitas de grandes transações em elevadas somas de dinheiro. O ex-presidente foi condenado por atentar contra o “Estado de Direito” e seu filho Eduardo Bolsonaro se encontra refugiado nos Estados Unidos. O que resultou na cassação de seu mandato parlamentar, embora a contragosto do Congresso Nacional, controlado pela aliança da ultradireita com a direita.

A burguesia pretendia a candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, mas se acomodou à indicação do ex-presidente de manter à frente do campo direitista o seu filho Flávio. O lançamento de candidatos da direita compareceu como uma prevenção aos perigos que encerravam a chefia do clã bolsonarista.

Agora, o problema está em avaliar até que ponto o escândalo do Master irá comprometer Flávio e aliados mais orgânicos. Esperam-se novos dados de pesquisas eleitorais. E não se tem ainda clareza se a “Operação Compliance Zero” não tem mais nenhum segredo da família Bolsonaro e seus comparsas a ser revelado.

Lula pôde respirar um pouco mais aliviado, mas tem pela frente o caso de seu filho Lulinha, que tudo indica aproveitou do roubo de fundos do INSS. Junta a essa acusação as suspeitas de que o líder do governo Lula no Senado Federal, Jaques Wagner (PT-BA), estaria implicado nas falcaturas do Master. A direita, ultradireita, enfim o Centrão, não querem saber de uma CPI do Master, tamanha é a participação de figurões e figurinhas de seus partidos com as fraudes de Vercaro. Flávio Bolsonaro diz que uma CPI iria comprovar que sua conduta de pedir dinheiro a Vercaro não incidiria em crime. O facínora utiliza esse argumento sabendo

da resistência do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que também tem seu nome citado.

As CPIs são criadas sempre como arma da política burguesa; jamais para apurar de fato a corrupção e bandalheiras que exalam por todos os poros do Estado burguês. São expressões da decomposição da democracia oligárquica, cujo funcionamento serve para decidir conflitos de interesses das frações capitalistas e aprovar medidas antipopulares e antinacionais.

A tentativa de golpe fracassada, dirigida desde o núcleo do poder exercido pelo governo Bolsonaro, tem seus elos causais vinculados ao golpe institucional que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff.

Na base da instabilidade política, e, portanto, da crise da democracia oligárquica se encontram o bloqueio histórico ao desenvolvimento das forças produtivas do Brasil semicolonial. Para não recorrer ao passado mais distante, ficamos com a constatação mais próxima que é a sequência de crise sobre crise desde o fim da ditadura militar e o início da democratização. O reformismo petista fracassou em seu programa nacional reformista de dar supremacia à força de trabalho, resolver velhas pendências agrárias e suprimir a miséria e a fome de milhões de brasileiros. A economia brasileira, como parte da mundial e a ela subordina na condição de país semicolonial, está sujeita ao movimento internacional de recuperação e de nova queda do desenvolvimento.

A situação presente e sua perspectiva futura não distante é de agravamento da retração econômica e de mutilação das forças produtivas. O que já transparece na guerra comercial encarnada pelos Estados Unidos, pela escalada militar, pelas ações intervencionistas e pelas guerras em curso. As condições de existência dos explorados que já eram difíceis tendem a piorar.

Os problemas nacionais dos países semicoloniais e a luta de classes vêm se potenciando. A burguesia sempre encontrará meios para prolongar a vida do capitalismo putrefato, mas de forma a sempre acumular mais e mais riqueza nas mãos de poucos e expandir a pobreza e miséria da maioria. A classe operária e os demais trabalhadores brasileiros estão sendo cada vez mais premiados de grande capital.

A bancarrota do Banco Master não se deve apenas às falcaturas, mas às particularidades de seus negócios fraudulentos. Esse talento de Vercaro faz parte de todo sistema financeiro e do conjunto do capital monopolista. Nesse sentido, é bom lembrar a crise de 2008, que teve como epicentro os Estados Unidos e que até hoje continua a reverberar negativamente suas consequências econômicas e sociais. Basta lembrar do Lehman Brothers norte-americano.

Sob o governo Lula, estoura a bomba do Master. Mas, não só uma bomba. O reconhecimento de que se estreitou a margem de endividamento da população e acompanhado de notícias de tendência à quebra de grandes empresas, portanto, o problema vem se elevando ao topo do poder econômico. O Brasil passou por um período de fechamento sequencial de fábricas e empresas comerciais. A desindustrialização é reconhecida pela própria burguesia nacional. Tal retrocesso atinge o capital financeiro, cujo parasitismo se agigantou, tendo em sua base a insuportável dívida pública, os brutais juros e a redução ao extremos da capacidade de investimento pelo Estado.

A história da democratização pós-ditadura é a de bloqueio e atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Estão se esgotando os recursos para a sustentação das políticas assistenciais, sem as quais a miséria e a fome não teriam como ser equacionadas pelos cálculos governamentais, fundamentais para conter a revolta das massas e manter em funcionamento da democracia oligárquica.

Os porta-vozes da burguesia mais autorizados reconhecem que crise do Banco Master é a maior por que passou o país. Tudo

indica que se trata da ponta do iceberg. Ou seja, há uma grande probabilidade de ser o ponto de partida de uma nova arremetida da decomposição econômica do Brasil semicolonial. Pode não ser imediata, mas essa é a perspectiva de futuro não muito distante.

A burguesia está apreensiva de não ter uma alternativa mais segura que a continuidade de Lula na presidência. O PT sente na carne que é parte da crise geral da democracia oligárquica, à qual se integrou e se fundiu. A manutenção da classe operária, da classe média urbana endividada e dos camponeses pobres, incluindo nesse marco de classe a juventude oprimida, sob o controle dos partidos burgueses, sobretudo do PT e da burocracia sindical, é a condição para o governo eleito em outubro manter a continuidade das contrarreformas impulsionadas por Temer e Bolsonaro e impor novas medidas de ataque à vida das massas.

O escândalo do Banco Master será resolvido descarregando suas consequência sobre os assalariados e demais oprimidos. O uso eleitoral para confundir a população e atraí-la por meio da polarização política está posta em prática. Até ontem, Lula, o PT e aliados do campo de centro-esquerda estavam na defensiva, agora passaram a ofensiva. Nisso reside a dificuldade dos explorados reconhecerem o perigo da sujeição à política burguesa, que tem por fundamento impedir a potenciação de uma política proletária.

Acontecimentos, como a quebra do Master e a exposição da bandalheira dos politiquinhos burgueses, despertam a atenção da população que repudia os facinoras, mas que não tem como compreender as causas econômicas e as suas fontes de classe, deve ser levado em conta pela vanguarda proletária com consciência de classe. A dificuldade de combater a confusão política emanada do

poder da burguesia se encontra e se explica pela crise de direção, ou seja pelo caráter ainda embrionário da construção do Partido Operário Revolucionário e do atraso em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse condição explica por que a classe operária não tem saído à luta e tem ficado à mercê das disputas interbuguesas pelo poder do Estado, que sempre, independente do governo, exercerá a ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria explorada.

A classe operária, porém, tem seu programa, suas respostas políticas e seus métodos de ação. Concretamente, diante da quebra do Master, a resposta proletária é a de estatizar de conjunto o sistema financeiro, sem indenização, que deve ser posto sob o controle das organizações proletárias.

Diante da máfia burguesa que manipulou parte das finanças e dos aproveitadores, como a família Bolsonaro, Ibaneis Rocha, Ciro Nogueira, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e outros, trata-se de constituir um Tribunal Popular, criado pelas organizações da classe operária.

Diante da crise econômica, pôr em marcha pelos explorados seu plano de reivindicação. Diante da decomposição da democracia oligárquica, rechaçar a dominação eleitoral das massas e romper a estatização dos sindicatos, lutando sob a estratégia revolucionária de um poder operário e camponês.

Diante da influência e intervenção dos Estados Unidos e aliados, organizar a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. O POR chama a vanguarda com consciência de classe lutar sob essa linha e trabalhar pela superação da crise de direção.

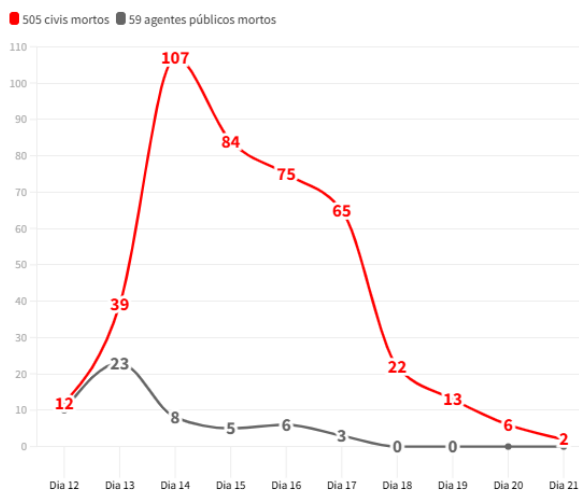
20 anos dos Crimes de Maio

Somente um Tribunal Popular, fruto da luta revolucionária dos explorados, pode julgar e punir os crimes de classe da burguesia, de seus governos e de seus cães de guarda policiais

O mês de maio evoca a memória de um dos episódios mais sangrento e bárbaros da história brasileira: os chamados "Crimes de Maio", ocorridos entre 12 e 21 de maio de 2006. Ao longo de duas semanas de terror, o braço armado da burguesia — as forças policiais do Estado de São Paulo —, sob o pretexto de responder aos ataques de uma facção narcotraficante, o PCC, desencadeou uma verdadeira operação de extermínio contra a população pobre, jovem e periférica. Trata-se de uma demonstração clara de que a democracia burguesa nada mais é do que uma ditadura velada, cujo objetivo principal é o de proteger a propriedade privada e demais interesses da classe capitalista.

Foram 564 mortes e 110 feridos. Os Crimes de Maio deixaram mais vítimas fatais do que as 434 pessoas mortas e desaparecidas pela ditadura militar ao longo de 21 anos. Superou em mais de quatro vezes o Massacre do Carandiru, que tirou a vida de 111 detentos em 1992. Foi, ainda, mais de 20 vezes superior aos 23 assassinados na Cha-

Número de civis e agentes públicos mortos em maio de 2006



Fonte: "Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição" (Unifesp) • A morte de 80 civis e de 4 agentes públicos não tem data definida

cina de Osasco em 2015 e 18 vezes maior do que a Chacina do Jacarezinho, a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro. Esses dados escancaram que a violência estatal não é um desvio de conduta, um "excesso" ou uma falha institucional, mas sim uma política sistemática do Estado, independentemente do governo de turno. Os governos chamados de esquerda, como os do PT, não fogem à regra, basta ver o morticínio recente na Bahia, governada pelo Partido dos Trabalhadores.

A dinâmica cronológica dos acontecimentos reconstrói com precisão a engrenagem do terrorismo estatal. Nos dias 12 e 13 de maio, o PCC realizou uma série de ataques a policiais, bases da PM e outros órgãos. Foi uma represália às condições em que a cúpula do Primeiro Comando da Capital era submetida nos presídios, além da transferência de 765 homens. Os ataques aconteceram simultaneamente às rebeliões em dezenas de presídios. Havia a dúvida se Marcola permanecia vivo. Contudo, nos dias subse-

quentes, além da transferência de 765 homens. Os ataques aconteceram simultaneamente às rebeliões em dezenas de presídios. Havia a dúvida se Marcola permanecia vivo. Contudo, nos dias subse-

quentes, especialmente entre 14 e 18 de maio, a fúria do Estado voltou-se massivamente contra a população civil. Os policiais e os grupos de extermínio (em geral compostos também por policiais e ex-PMs) mataram diretamente 425 pessoas e foram responsáveis pelo desaparecimento de outras quatro. Não satisfeitos, os ataques continuaram por alguns dias, assassinando mais de 80 civis nas periferias da capital e na Baixada Santista, principalmente. Em 2006, a polícia se utilizou largamente da vingança, com a certeza de que seria protegida pela alta cúpula do governo.

O surgimento de facções como o PCC não podem ser compreendidos fora do marco da crise estrutural do capital. A criminalidade é um produto direto da miséria. Seu fortalecimento e desenvolvimento conduzem à formação de uma burguesia narcotraficante entrelaçada nacional e internacionalmente com outros setores capitalistas e com o próprio Estado. Em maio de 2006, no jornal *Massas* n. 319, o POR caracterizou: "O narcotráfico se assenta na miséria das massas, alimenta-se da decomposição social de camadas inteiras da sociedade consumidora e fortalece-se enriquecendo uma fração da burguesia narcotraficante, composta de uma rede que vai dos produtores aos lavadores de bilhões. Há uma fábula de capital desviada para essa valiosa mercadoria, que, por sua vez, movimenta parte da economia capitalista e penetra em todas as esferas do Estado."

O narcotráfico não representa uma força antagonista ou externa ao capitalismo, mas sim uma de suas expressões mais agudas, lucrativas e degeneradas. Ele se nutre da miséria absoluta imposta às massas populares pelo desemprego, pela falta de perspectivas e pela destruição dos serviços públicos. Longe de ser um poder paralelo, o crime organizado infiltra-se e funde-se com as próprias estruturas do Estado burguês, integrando-se aos circuitos financeiros legais por meio da lavagem de dinheiro em larga escala. A repressão policial, portanto, não visa erradicar o tráfico, mas regular os seus mercados, disputar espólios e conter pela força das armas o excedente de força de trabalho que o sistema não consegue mais absorver de forma produtiva.

A análise forense dos corpos na época sepultou as justificativas oficiais registradas nos boletins de ocorrência sob a rubrica de "resistência seguida de morte". A média de disparos por vítima foi de 5 tiros. Desse contingente, nada menos que 60% das vítimas receberam ao menos um disparo na cabeça, 57% foram alvejadas pelas costas e 10% foram executadas à queima-roupa.

No dia 17 de maio, já não havia qualquer resquício de rebelião nos presídios, mas a mídia burguesa estampava com certa naturalidade: "polícia prende 24 e mata 33 em 12 horas". Tratava-se puramente de uma operação de vingança corporativa, que foi amplamente acobertada pelas altas cúpulas do poder estatal. O governador Cláudio Lembo, que acabara de assumir o posto deixado por Geraldo Alckmin para concorrer à presidência, morreu afirmando que a polícia agiu corretamente naquele mês. A blindagem jurídica escancarou a podridão estatal: logo após a matança, 79 promotores de justiça assinaram um ofício em apoio às ações da polícia.

Alguns casos ficaram marcados na cronologia dos acontecimentos e são constantemente lembrados para mostrar até que ponto o braço armado do Estado pode chegar. No Jardim Elba, mais de 300 policiais vasculharam o bairro inteiro, casa por casa, procurando armamento e supostos criminosos; saíram de lá com um detido. Um dos casos simboliza o sadismo e o ódio de classe das forças policiais: Ana Paula Gonzaga dos Santos, grávida de 9 meses, com o parto agendado para o dia seguinte, caminhava na noite de 15 de maio em Santos (SP) com o marido, Eddie de Oliveira, para tomar uma vitamina e comprar leite para a primeira filha do casal, de apenas um ano. Foram interceptados por um veículo de onde desembarcaram homens encapuzados atirando contra as pessoas que passavam. Diante dos apelos de Eddie, que gritava "sou trabalhador", Ana Paula tentou protegê-lo, colocando-se à sua frente, certa de que não atirariam em uma mulher grávida. Na discussão, Ana arrancou o capuz de um deles e o reconheceu como um policial militar, que desferiu um tiro fatal na cabeça de Ana Paula. Ato contínuo, quando Eddie se debruçou sobre o corpo caído da esposa, os PMs dispararam nele por trás. Antes de partir, o policial voltou-se para atirar na barriga de Ana e dizer: "filho de bandido, bandido é". Os projéteis atravessaram o útero e atingiram a pequena Bianca, uma menina de 48 centímetros, sendo baleada na mão e no joelho dentro do ventre materno. O gari Edson Rogério, de 29 anos, depois de passar o dia trabalhando, foi brutalmente executado no dia 15. Edson era filho de Débora Maria da Silva, uma das fundadoras do movimento Mães de Maio. Desde então organizam manifestações e se juntam a outros movimentos de reação às ações policiais, como o dos jovens da DZ7 em Paraisópolis.

As lições de maio de 2006 permanecem rigorosamente atuais. Governos de turno — sejam da direita tradicional, da extrema-direita ou das frentes amplas reformistas — mantêm intacto o maquinário de guerra das polícias militares, cujo objetivo único é salvaguardar a propriedade privada e os privilégios da burguesia mediante o genocídio continuado das massas trabalhadoras. Em 20 anos, não houve qualquer punição para a matança estatal. Pelo contrário, as polícias se fortaleceram, estão mais equipadas e sanguinárias.

As lições de maio de 2006 permanecem rigorosamente atuais. Governos de turno — sejam da direita tradicional, da extrema-direita ou das frentes amplas reformistas — mantêm intacto o maquinário de guerra das polícias militares, cujo objetivo único é salvaguardar a propriedade privada e os privilégios da burguesia mediante o genocídio continuado das massas trabalhadoras. Em 20 anos, não houve qualquer punição para a matança estatal. Pelo contrário, as polícias se fortaleceram, estão mais equipadas e sanguinárias. Basta ver o morticínio promovido pela polícia do governo Tarcísio nas operações Verão e Escudo. O reformismo, ao defender a ilusão de uma "desmilitarização" ou de uma "reforma humanitária" da polícia dentro dos marcos institucionais vigentes, desarma politicamente os trabalhadores e atua como cúmplice da manutenção do terror de Estado.

A resposta proletária aos crimes de classe da burguesia, como foram os Crimes de Maio e tantas outras chacinas, deve partir da mais radical independência de classe, independência da burguesia e dos governos. A bandeira histórica do Tribunal Popular se coloca como uma necessidade diante da impotência dos setores democratizantes da burguesia e pequena-burguesia, mas deve ser produto da luta das massas por suas condições de vida, orientadas pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Manifesto da Corrente Proletária na Educação - Partido Operário Revolucionário (POR),
distribuído na marcha do dia 20 de maio

Aos estudantes e à população trabalhadora

Em defesa do ensino público, gratuito e vinculado à produção social

Pelo controle da educação por quem estuda e trabalha

Pela real autonomia e democracia universitárias

Que o governo Tarcísio e os Reitores atendam imediatamente às reivindicações do movimento grevista

Convocar as assembleias gerais dos três setores nas universidades

A marcha que realizamos neste dia 20 de maio ao Palácio Bandeirantes resulta de um mês de greve, que se iniciou na USP e se estendeu aos campi da Unicamp e Unesp.

O movimento grevista unificado teve início com a greve dos servidores da USP, que não aceitaram a discriminação salarial entre professores e funcionários. O Reitor, Aluísio Segurado, evidenciou que sua política educacional segue o percurso geral do sucateamento da universidade pública e avanço da universidade privada. A discriminação salarial entre professores e funcionários apresentou a ponta do iceberg desse processo.

Imediatamente à decretação da greve pelo Sintusp, os estudantes da USP tomaram a decisão em assembleia de apoiar o movimento e defender suas próprias reivindicações. A greve estudantil que iniciou em algumas faculdades logo se generalizou e daí impulsionou o movimento para os demais campi.

A principal reivindicação é a da garantia de permanência dos estudantes na universidade. Certamente, não deixam de ter importância as reivindicações tão elementares como o fim da precariedade da alimentação dos restaurantes universitários, que foram entregues às empresas terceirizadas.

Não basta abrir canais de acesso a uma parcela da juventude oprimida ao ensino superior público. É preciso que o Estado garanta a sua permanência, de forma que possa realizar os estudos, sem que tenha de interrompê-los devido à ausência de condições materiais. A parcela da juventude que se encontra nessa situação pertence em sua maioria à classe média empobrecida e em sua minoria à classe operária.

É preciso assinalar que a juventude proletária, em sua imensa maioria, não tem como dar continuidade aos estudos. Inclusive, uma importante parcela é obrigada a interromper o Ensino Médio, porque tem de trabalhar ou porque as condições de miserabilidade são tão grandes que tem suas faculdades de formação intelectual afetadas. O governo Tarcísio vem agravando ainda mais as dificuldades dos estudantes para permanecerem no ensino básico.

Nesse exato momento, estudantes, pais e professores se mobilizam contra o fechamento dos cursos noturnos. Basta a constatação



de que 253 mil jovens de 16 a 19 anos estão fora do Ensino Médio, nesse ano de 2026. Por mais que o Estado burguês tenha usado a bandeira da democratização do ensino, utilizando-se das políticas de cotas, não tem como ocultar que a universidade só pode ser alcançada por uma ultraminoria da juventude - aí está a marca mais profunda de classe do ensino em geral e do universitário, em particular.

A questão é ainda mais contundente quando se observa o brutal desequilíbrio entre o sistema público e privado superiores. A supremacia da rede privada sufocou a pública. O Estado e seus governos priorizaram o apoio à expansão do ensino mercantilizado. O governo Lula tem sua cota de responsabilidade. Em nome da democratização, subsidiou fartamente os capitalistas da educação. O plano de expansão das universidades federais ficou muito aquém do impulso dado às universidades privadas.

Nessas universidades federais, o sucateamento tem sido a regra. Basta verificar a situação da UFRJ, onde também tem crescido um movimento de resistência aos ataques e ao subfinanciamento. O mesmo se passa em diversas federais do país. Os técnicos administrativos das federais estão em greve há cerca de três meses. E qual o motivo? O MEC não cumpriu o acordo da greve anterior. Vejam a que ponto chegou a política governamental. Os trabalhadores precisam voltar à greve em defesa de um acordo não cumprido.

Por sua vez, as universidades estaduais, como as do estado de São Paulo - as mais importantes do país -, padecem de um processo de privatização por dentro. A via da terceirização dos serviços universitários, o avanço das fundações, empresas Jr. e startups, e mesmo de determinados cursos voltados ao ensino a distância está em consonância com a política geral de aumento crescente do sistema privado. As pressões de um setor da burguesia para que as universidades paulistas cobrem por seus cursos é uma constante. Diferentemente das federais que sofrem de um contingenciamento sistemático, as estaduais paulistas são superavitárias, com bilhões em reservas. Quando se compara essas reservas bilionárias com, por exemplo, o aumento miserável de R\$ 27,00 no auxílio perma-

nência, ficam evidentes os interesses de classe na chefia das universidades paulistas.

De um lado, o sacrifício do sistema educacional para o Estado garantir o pagamento da dívida pública e encher os cofres da burguesia parasitária e, de outro, o movimento privatista e entreguista geral, que penetra nas universidades transformando a educação em mercadoria. A defesa da permanência estudantil, dos salários e das condições de trabalho dos funcionários e professores está em choque com as diretrizes orçamentárias da federação, dos estados e dos municípios.

A decomposição do capitalismo atinge frontalmente as necessidades de desenvolvimento econômico e social do país. A gigantesca dívida pública – com tendência ao crescimento – a monumental carga de juros e a proteção estatal ao grande capital nacional e internacional colidem com as necessidades mais elementares da população, como a educação, saúde, moradia entre outras.

Nosso movimento deve se apoiar nessa realidade capitalista adversa à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida. Temos um caminho duro pela frente. Os governantes e seus agentes não estão dispostos a reconhecer e a atender as reivindicações dos explorados. Vêm fortalecendo os meios antidemocráticos e a repressão aos movimentos.

Tudo indica que o reitor da USP e o governador foram tomados de surpresa com a emergência do movimento tão amplo dos estudantes. A brutal repressão à ocupação da Reitoria da USP, no dia 10 de maio, é apenas um sinal de que o reitor recém-eleito pela burocracia uspiana caminha no sentido de maior mutilação e eliminação do pouco que resta da democracia universitária. Uma das medidas anti-movimento estudantil de Aluísio Segurado foi a de submeter os Centros Acadêmicos (CAs) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) às normas administrativas, que lhes retiram a autonomia financeira e de locação de suas sedes nas dependências da USP. A força do movimento fez com que recuasse. Nesse momento, utiliza uma caricatura de mediação com estudantes, onde os mediadores são todos escolhidos pela reitoria.

A rápida eclosão do movimento grevista e de sua mobilização de rua evidencia a existência de um grande descontentamento entre os estudantes, funcionários e professores mais comprometidos com a educação. O movimento estudantil esteve por um bom tempo imobilizado pela política de suas direções, que incluem principalmente a da UNE. Problemas e necessidade de luta não faltaram

e não faltam. É o que está demonstrando a nossa greve, as manifestações e a presente marcha ao Palácio do Governo, para exigir mais verbas, melhor funcionamento das universidades, melhores condições de trabalho, mais garantia de estudo e permanência estudantil.

Nossa luta também trouxe à luz a defesa da real autonomia e democracia universitárias. O que significa acabar com toda medida de repressão política e perseguição ideológica. Há um ponto central dessas reivindicações que deve ser amadurecido e trabalhado no interior do movimento estudantil, dos funcionários e dos professores: varrer a falsa democracia e acabar com o poder da burocracia universitária que cumpre a função de correia de transmissão do Estado e do governo de plantão. Trata-se da governabilidade da universidade. A maioria deve decidir sobre a eleição de seu governo.

A experiência mostra que é preciso mudar a forma e o conteúdo da governabilidade das universidades. Os três setores (estudantes, professores e demais funcionários) devem compor um governo eleito pelo voto universal e mandato revogável, cuja composição seja tripartite, assentada na soberania da Assembleia Geral Universitária. Para o movimento se fortalecer, é imprescindível avançar no terreno do controle real da educação por aqueles que estudam e trabalham.

Evidentemente, esse programa estratégico se choca com o controle da educação pelo Estado burguês. Mas, isso se deve à sociedade de classes e às suas condições de putrefação econômica e social. Os passos que nosso movimento dá nesse momento conduzem ao programa da real autonomia e democracia universitárias.

Temos pela frente a tarefa de constituir uma nova direção classista e revolucionária para o movimento secundarista e universitário, que encarne esse programa e os métodos de luta que vêm do proletariado e dos demais oprimidos. A Corrente Proletária na Educação e o Partido Operário Revolucionário trabalham pela vitória do movimento. Defende que voltemos da marcha com a bandeira de convocação da Assembleia Geral Universitária, unificando os três setores.

Toda força ao movimento estudantil independente e de luta!

Erguer o programa de defesa do sistema único de ensino, público e vinculado à produção social e da real autonomia e democracias universitárias!

Intervenção do POR nas manifestações estudantis

São Paulo

Marcha Estadual contra o Governo Tarcísio

Convocada pelos DCEs da USP, Unesp e Unicamp, UEE-SP e UNE, com apoio de entidades estudantis e sindicais do estado de São Paulo, como DCEs da Fatec, UFABC e Unifesp, SINTUSP, SinTUFABC, Sinpeem e Apeoesp, a Marcha Estadual contra o governo Tarcísio reuniu cerca de 30.000 manifestantes que ocuparam as ruas e interromperam a circulação de veículos, caminhando do Largo da Batata até o Palácio do Bandeirantes, sede do Governo Estadual. A marcha percorreu mais de 6 km em cerca de 3 horas, e o ato como um todo durou quase 8 horas.

Durante o ato, ocorreram agitações e pronunciamentos de diversas entidades e organizações. Em geral, os pronunciamentos

limitaram as críticas ao governo estadual. Durante a concentração do ato, uma única fala também criticou o governo federal. O POR, que participou de plenárias de organização e de mobilização para a marcha, não teve seu pronunciamento garantido, mas nossa política pôde se expressar por meio da distribuição do Manifesto Massas, e da participação da militância porista com nossas bandeiras, faixas e jornal.

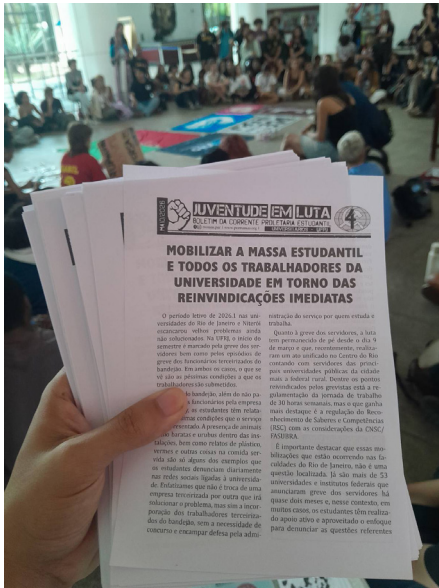
A marcha foi uma importante demonstração da força do movimento estudantil paulista, principalmente das entidades das universidades públicas estaduais que estão coordenando as greves estudantis nas universidades e enfrentando a política privatista dos governos e reitorias. Um dos fatores que motivou a caminhada até o Palácio do Governo foi a restrição das negociações junto às Reitorias, que aplicam a política do governo na universidade. Nessa direção, o movimento se dirigiu diretamente aos chefes dos reitores.

Por volta de 19 horas, há poucos metros do Palácio dos Bandeirantes, a Marcha se deparou com um bloqueio policial, com grades e três fileiras policiais, da força tática à cavalaria, impedindo a che-

gada no destino. Assim, instalou-se um impasse, com a marcha parada e parte dos manifestantes retornando às suas cidades. Na ocasião, a direção do movimento chamou palavras de ordem contra o governo e, em seguida, pediu para os manifestantes irem adiante pacificamente. Diante disso, o governo decidiu receber representantes do movimento. Uma comissão de seis dirigentes estudantis foi destacada para se reunir com o governo. Em seguida, informaram que foram recebidos na recepção do local e que as reivindicações foram negligenciadas pelos representantes do governo.

Como se vê, apesar da grande mobilização, o movimento esteve muito longe de derrotar a política de Tarcísio, apesar dos discursos inflamados das direções de derrubar o governo. A única forma das massas derrubarem o governo Tarcísio é constituindo a frente única operária e a frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária.

Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Paralisação é marcada pela instrumentalização do movimento estudantil



A paralisação do último dia 19 evidenciou o atraso e a instrumentalização do movimento estudantil da UFRJ pelas direções que compõem o DCE. A começar pelo fato de que a paralisação teve um período curto de divulgação e, consequentemente, muitos cursos e estudantes independentes não conseguiram se mobilizar a tempo de atuar ativamente no dia. Soma-se a isso o fato de que toda a programação da paralisação não foi deliberada

em uma assembleia geral estudantil, tendo sido um movimento unilateral da própria direção.

Dentro dessa programação, destaca-se o fato de ter sido realizado um “calotaço” nos bandejões, através de um acordo entre o DCE e os funcionários dos RU’s, o que permitiu que os estudantes pudessem almoçar sem pagar. No entanto, em muitos bandejões, foi necessário que estudantes colocassem o CPF no sistema, uma prática padrão para se acessar o serviço de alimentação, assim, nesse caso, além de restringir o acesso, também colocou em risco a segurança dos estudantes que estavam ocupando os prédios uma vez que os dados ficam armazenados no sistema.

No que se refere à assembleia, a instrumentalização ficou escancarada. Composta majoritariamente por estudantes do Correnteza e movimentos de base do DCE, o que se viu foi uma assembleia festiva e, praticamente, sem oposição, o que levava qualquer pauta colocada pelo DCE a ser aprovada por unanimidade. Nós da Corrente Proletária da Educação, votamos a favor da defesa que a assembleia não poderia ser deliberativa, uma vez que muitos cursos - tanto os integrais quanto os noturnos - não tiveram tempo hábil de se movimentarem para estar presentes, fora o fato de ter sido uma assembleia puxada para um dia em que o campus estava esvaziado.

Além de termos sido voto vencido, a maioria votou pela aprovação do “estado de greve” na universidade, alegando que era necessário para pressionar a reitoria em um momento em que várias “vitórias” já haviam sido conquistadas. Como bem sabemos, o “estado de greve” nada mais é do que um meio de desmobilizar a luta, uma vez que não delibera definitivamente a greve e abre caminho para a conciliação com a reitoria em um momento de radicalização da luta. Porém, apesar de ter sido aprovado o “estado de greve”, não houve a eleição do comando de greve na assembleia. Outro erro grotesco que reflete a crise de direção do movimento estudantil da UFRJ.

Após a votação do estado de greve, os estudantes da reunião seguiram para a Ponte do Saber, onde fecharam uma das vias de saída do campus do Fundão. A presença massiva de estudantes fez ser possível interditar o trânsito por um tempo, mas foi logo pressionado pela polícia militar que houvesse pelo menos uma via livre para a circulação dos carros. Uma vez acabado o ato, os estudantes do DCE voltaram para o prédio onde houve a assembleia para esperar os representantes da reitoria para dialogar e apresentar o estado de greve.

Apesar de todos os desvios, nós da Corrente Proletária da Educação seguimos firme durante todo o dia na defesa da nossa linha. Atuamos com a banca de materiais e o boletim universitário onde defendemos a constituição de uma assembleia geral universitária, composta pelos estudantes, professores e trabalhadores da instituição. O que se viu no dia 19 foi a necessidade material de levantar essa bandeira, bem como de defender que o movimento estudantil encarne os métodos próprios da classe operária em defesa de suas reivindicações mais elementares e assim romper com a burocratização e o oportunismo das direções estudantis, adaptadas ao capitalismo, à democracia burguesa, ao eleitoralismo partidário e ao burocratismo universitário.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada - em última instância - pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.





NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

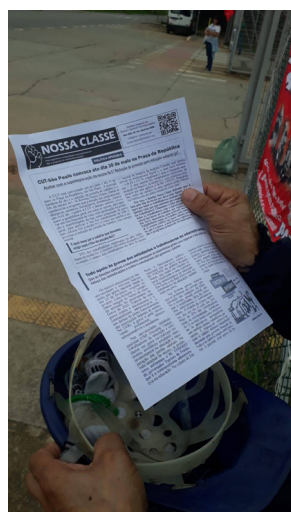
Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXII - Maio/2026

nossa.classe@hotmail.com
pormassas.org | @massas.por



Boletim Nossa Classe - Maio

Distribuição do Boletim Nossa Classe na GM/ São José dos Campos, Bridgestone/Santo André, Lorenzetti/SP e Mercedes/SBC



Em 4 de maio, a direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos, ligada a CSP-Conlutas, organizou um ato festivo de boas-vindas aos operários na portaria da fábrica, e demagogicamente disse ter compromisso com a defesa dos empregos, isso depois de ter negociado mais de 800 demissões e de ter ajudado a colocar a fábrica sob posse de um novo capitalista, que vai continuar arrancando o couro dos companheiros na linha de produção.

A retomada da Avibras pela patronal é vendida pela burocracia sindical como uma vitória, no entanto, a retomada das atividades foi resultado do acordo traidor negociado entre a burocracia e a patronal que

traz em seu bojo a demissão massiva de mais de 800 operários e o parcelamento dos salários e direitos atrasados há mais de 4 anos.

Desde o início a burocracia realizou uma greve passiva e isolou a luta dos operários da Avibras dos demais metalúrgicos do Vale do Paraíba. Foram mais de quatro anos de atos e passeatas distracionistas, todas com o intuito de conter a revolta dos trabalhadores e impedir a organização da luta coletiva e com independência de classe para defender os empregos, salários e direitos.

Já no começo da greve, o Boletim Nossa Classe denunciou e combateu a política de conciliação e traição da direção do sindicato e levantou a bandeira: fábrica fechada é fábrica ocupada! O Nossa Classe defendeu a greve com a ocupação da fábrica. Que o sindicato convocasse a assembleia geral dos metalúrgicos do Vale do Paraíba para defender os empregos e a luta para impor à patronal e ao governo a estatização da Avibras, sem indenização ao patrão e sob o controle operário. Que os sindicatos e centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifes-

tações de rua, como preparação da Greve Geral.

A direção sindical pelega, ao contrário, desviou a luta para a via parlamentar e limitou-se a pressionar o governo federal, iludindo os operários com a possibilidade do governo burguês de Lula estatizar a Avibras por meio de um projeto de lei enviado ao parlamento. O fato é que a fábrica teve 99% das ações transferidas para a Brasil Crédito (Fundo de Investimentos), empresa que compra dívidas de outras empresas, para lucrar em recebimentos futuros. Como podemos ver, a burocracia centrada está comemorando como vitória um acordo de demissão massiva dos operários e a troca de um patrão explorador por outro, que continuará explorando e tirando o couro dos operários.

A Conlutas é um braço sindical do PSTU, que é um partido de esquerda adaptado às eleições. Por isso, essa burocracia sindical não organiza a luta da classe operária por meio da ação direta, para expropriar a patronal e implantar o controle operário da produção nas fábricas metalúrgicas e demais setores da indústria. A burocracia sindical centrada presta-se ao papel de conciliadores da luta de classes, adaptando-se à justiça burguesa e aceitando os acordos de demissão e retirada de direitos determinados pela patronal, como aconteceu na Avibras.

Desde o início da greve na Avibras, o Boletim Nossa Classe convocou os operários da Avibras e o operariado de todo país a expulsar a burocracia sindical traidora e construir as oposições sindicais de luta, classista e revolucionária, para resgatar o sindicato para a luta de classes e colocá-lo a serviço da luta pela destruição do capitalismo por meio de uma revolução proletária e a construção do socialismo.



Política operária

A CUT-São Paulo convoca ato dia 30 de maio na Praça da República

*Pelo fim da superexploração da
escala 6x1! Redução da jornada sem
redução salarial já!*

A CUT está convocando um ato para o dia 30 de maio na Praça da República em São Paulo. A principal bandeira do ato é a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. O Boletim Nossa Classe chama os operários/as a exigirem que a direção dos sindicatos metalúrgicos, químicos, borracheiros, alimentação, construção civil etc., ligados à CUT e demais centrais chamem as assembleias gerais em todos os setores para aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção e manifestações de rua, como preparação da Greve Geral, para colocar fim a escala 6x1 e impor aos patrões e aos governos a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.

E qual deve ser o salário que devemos exigir com o fim da escala 6x1? 35% dos trabalhadores registrados no país trabalham na escala 6x1 e recebem um salário de miséria. O salário dos trabalhadores do setor de asseio - auxiliar de limpeza da empresa Canadá, que presta serviço na multinacional PepsiCo - que lucra bilhões - é de R\$ 1.637,40, trabalhando 6 dias e folgando apenas 1. O piso salarial dos trabalhadores auxiliar de produção na PepsiCo, na escala 6x1, com contratos temporários por uma agência, é de R\$ 1.840,00. Perguntamos: como um operário ou uma operária pode manter sua família com um salário miserável desse?

O Boletim Nossa Classe defende que a luta pelo fim da escala 6x1 deve estar ligada à luta para que todos os trabalhadores recebam um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora! Chamamos a lutar por emprego a todos, implantado a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir, entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução salarial. Nenhuma ilusão nas eleições burguesas! Acreditar em nossos métodos próprios de luta que são a greve, a ação direta e coletiva para defender o programa próprio de reivindicações!

Realizado segundo turno da eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC

Confirmou-se a fraude da eleição indireta

Nos dias 14 e 15 de abril, se realizou o segundo turno da eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC. A única chapa inscrita com trinta e dois candidatos, indicada pela burocracia do sindicato foi eleita. A chapa de larápios serviais da burguesia industrial do setor metalúrgico eleita, vinculada à CUT (PT), assume a direção do sindicato com uma longa história de traição à classe operária. A burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC abandonou a defesa das reivindicações da classe operária por meio da ação direta e passou a negociar acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos dos trabalhadores.

Nas eleições para a direção do sindicato, o Boletim Nossa Classe fez a campanha chamando as operárias a votar NULO como forma de rejeitar a fraude da eleição indireta e a política de conciliação e traição da direção pelega. Chamou a votar NULO e levantar

a bandeira de eleições diretas, tendo por base o programa próprio de reivindicações, o método da ação direta, a democracia operária e a organização independente em relação aos patrões e governos burgueses. Porém, deixou claro que não basta votar NULO. Votar NULO e trabalhar para construir as comissões de fábricas de luta, classistas e revolucionárias em todas as fábricas, para defender os empregos, salários e direitos. Efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização; Fim da escala 6x1. Emprego a todos lutando pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários; Diante do fechamento de fábricas, aprovar a greve, a ocupação e o controle operário da produção. Defender um sindicato que se coloque a serviço da luta pelo fim da exploração da força de trabalho, pela destruição do capitalismo por meio de uma revolução social e a construção do socialismo.

Morte de operário eletricista na Linha 9 – Esmeralda em São Paulo

Mais um crime da burguesia contra a classe operária

Que os sindicatos e centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta para colocar abaixo as privatizações e reestatizar, sem indenização e sob o controle operário as estatais privatizadas

Adriano Alves Ferreira, 43 anos, eletricista da concessionária ViaMobilidade, morreu após receber uma descarga elétrica na madrugada do dia 6 de maio. O acidente ocorreu durante a manutenção na rede aérea da Linha 9-Esmeralda, próximo à Estação Morumbi, em São Paulo. O acidente foi registrado por volta da 1h20. Equipes do Corpo de Bombeiros foram acionadas, mas o operário não resistiu a descarga e morreu. Perversamente a data coincide com a morte do promotor de vendas Lourivaldo Ferreira Silva Nepomuceno, de 35 anos, preso no espaço entre o trem e as portas de vidro da plataforma na Estação Campo Limpo da Linha 5-Lilás, também operada pela concessionária ViaMobilidade. O impacto severo resultou em traumatismo craniano fatal. Ele faleceu antes mesmo da chegada das equipes de socorro na plataforma.

As duas mortes, no Metrô e no trem, são expressões da degradação das linhas privatizadas em um contexto de entrega dos bens públicos ao capital financeiro e ataque severo às condições de trabalho e direitos em favor dos capitalistas. As empresas que assumem essas linhas férreas têm como objetivo a ampliação dos

lucros sobre o serviço do transporte público. Aumentam as tarifas, reduzem drasticamente as manutenções, atacam as condições de trabalho, demitem em massa em prol dos lucros e com isso atacam as vidas das massas, matando-as no trabalho ou a caminho do trabalho.

Dado do Anuário Estatístico de Acidentes de Origem Elétrica da Abracopel, ano-base 2025, aponta um patamar alarmante. Diz: os eletricistas profissionais representam 10,5% do total de mortes por choque elétrico registradas historicamente no Brasil, acumulando 809 mortes na série analisada pela entidade. Eles ficam atrás apenas dos profissionais autônomos de outras áreas (como pintores e pedreiros que tocam na rede secundária), que somam 11,9% (918 mortes).

A alta letalidade, com casos frequentes de mortes como a do eletricista da ViaMobilidade, e os sucessivos acidentes letais e transtornos refletem a degradação das condições de trabalho, aprofundadas severamente com a não revogação da contrarreforma trabalhista, da lei de terceirizações e privatizações, mantidas

e financiadas pelo governo burguês de Lula via BNDES. Tratam-se de medidas antinacionais e antipopulares implementadas no mandato do golpista Michel Temer, aprofundadas pelo governo de tendências fascistas de Bolsonaro e mantidas pelo governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin.

A tarefa que está colocada é a de organizar os explorados e derrubar as medidas antioperárias e antipopulares por meio dos métodos próprios da classe operária. É tarefa das direções dos sindicatos dos metroviários, ferroviários, eletricitários, indústria da

construção civil pesada e demais setores explorados, impulsionar e unificar as lutas em torno da defesa de um programa de reivindicações dos explorados. Pelo fim imediato das privatizações, terceirizações e demissões massivas e imediata efetivação de todos os terceirizados. Pela reestatização das linhas de trem privatizadas e da Sabesp. Em defesa de um salário mínimo vital calculado pelo Dieese para o mês de abril de 2026 no valor de R\$ 7.612,49, pela escala móvel das horas de trabalho, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



Todo apoio às greves dos estudantes e trabalhadores da educação pública!

Que as direções sindicais e estudantis convoquem as assembleias gerais para organizar a luta unitária em defesa das reivindicações e contra o autoritarismo dos governos e patrões

Os técnico-administrativos das universidades e institutos federais estão em greve nacional desde o dia 23 de fevereiro, exigindo do governo Lula/Alckmin o cumprimento integral do Termo de Acordo assinado no encerramento da Greve de 2024. Trata-se de uma greve contra o autoritarismo e a contrarreforma administrativa, e em defesa do pleno funcionamento das instituições federais de ensino. Na UERJ a greve é geral, envolvendo professores, técnico-administrativos e estudantes. Nas universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp, Unesp) trabalhadores da educação e estudantes em greve reivindicam isonomia, assistência estudantil, mais investimentos na educação e reposição das perdas salariais. Na rede estadual de ensino, os professores enfrentam o fechamento de salas de aula e a imposição da farsa do ensino integral, bem como o PL 1316 que dita a contrarreforma administrativa. Os trabalhadores da educação do município de São Paulo se colocaram em greve contra o reajuste miserável do prefeito Ricardo Nunes. Em Goiás e Belo Horizonte os trabalhadores da educação também estão em greve.

Nas diversas greves, nota-se que os problemas são comuns: precarização das condições de trabalho e estudo, arrocho salarial, ataque à estabilidade, falta de isonomia, autoritarismo e corte de recursos à educação pública. A situação da classe operária por sua vez é cada dia pior. Mais de 40% dos trabalhadores estão na informalidade, trabalhando 12 ou mais horas como Uber, entregadores, sem nenhum direito trabalhista garantido. É impossível sobreviver com o salário mínimo miserável decretado pelo governo burguês de Lula e os salários pagos pela patronal. A patronal com apoio da burocracia sindical tem aumentado a terceirização reduzindo salários e direitos, demitindo os trabalhadores efetivos e contratando terceirizados pagando um terço do salário. Por isso, é fundamental impulsionar e unificar as greves em curso no campo da independência de classe.

O Boletim Nossa Classe chama os operários, trabalhadores da educação e estudantes a exigirem que a CUT, CSP-Conlutas e demais centrais, entidades estudantis como a UNE, rompam com o imobilismo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de rua, como preparação da greve geral para colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária administrativa e a lei da terceirização. Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização. Por um salário mínimo vital

que seja suficiente para manter a família trabalhadora. Pelo fim da escala 6x1 e a defesa de emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Pela reestatização das estatais privatizadas e estatização de todo sistema de transporte, saúde e educação privada, sob o controle dos trabalhadores e da população. Auxílio permanência suficiente para manter os estudantes nas universidades, melhorias no bandejão, pelo fim da reitoria e a constituição de um governo tripartite, de estudantes, servidores e professores para impor a autonomia universitária.

O Boletim Nossa Classe chama a classe operária e demais explorados a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas. Devemos acreditar apenas em nosso método próprio de luta que é a greve, a ação direta e coletiva para defender os empregos, salários e direitos. É urgente constituir a frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária, para derrotar a burguesia nacional entreguista e a ofensiva imperialista.

LANÇAMENTO

R\$10

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Corrente Proletária
Funcionários de escola

Funcionários de escola e a política de independência de classe



Manifestação em novembro de 2021 contra governo Dória, na Praça da Sé



MASSAS

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Formação política do Nossa Classe

Não se chega ao socialismo por meio das eleições burguesas!

As frações da burguesia - industriais, banqueiros, agronegócio - já decidiram quem serão seus candidatos. A ultradireita lançou o senador Flávio Bolsonaro como seu candidato. A fração burguesa dita “democrática” está apoiando a reeleição do PT/Lula, ex-operário que passou a defender os interesses da burguesia. Os explorados não podem enganar-se: ganhe quem ganhar a eleição, a burguesia continuará como classe dominante no poder do Estado explorando a força de trabalho dos operários e pagando um salário mínimo de miséria.

É importante desmascarar e combater também os partidos e candidatos que se apresentam como “socialistas” e “comunistas”, que fazem promessas e mentem dizendo que é possível chegar ao

socialismo por meio das eleições, elegendo candidatos operários e lutadores. Mentira!

O Boletim Nossa Classe chama as massas exploradas a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas. Afirma: não se chega ao socialismo por meio das eleições. Para chegar a uma sociedade socialista, a classe operária e demais explorados devem construir seu próprio partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do Estado burguês, a expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado, que será um período de transição para a sociedade socialista, para o comunismo, que deve ser mundial.

Greve dos Técnicos Administrativos das Universidades Federais

Não à manobra governista para enterrar a greve nacional sem que o governo cumpra os itens pendentes do Termo de Acordo

O Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra aprovou, por maioria (52x36), uma rodada nacional de assembleias na semana de 18 a 23 de maio para “avaliar os pontos apresentados na mesa de negociação com o MEC, relativos ao OFÍCIO CONJUNTO 002/2026”. Conforme o Informe de Greve (IG) N.º 12, considerando que “na reunião o MEC informou o encaminhamento de todos os pontos elencados” e que “houve melhora no cenário (...) o CNG remete a ata da reunião (...) e solicita que as entidades de base promovam a discussão e deliberem se aceitam os encaminhamentos propostos pelo MEC e se concordam em dar prosseguimento à negociação.”

Como alertado pela Corrente Proletária, a reunião com o MEC estava orientada por uma manobra governista, já que a pauta era o Ofício Conjunto Fasubra-Sinasefe N.º 02/2026, o qual elenca apenas alguns dos 23 itens pendentes do Termo de Acordo N.º 11/2024, descaracteriza pautas e propõe encaminhamentos arbitrários para os itens elencados. Os encaminhamentos propostos se resumem à GTs e discussões em espaços institucionais e separados de negociação, como a Mesa Setorial da Educação Federal e a CNSC, que existem independente da greve em curso.

De fato, a reunião com o MEC não passou de um engodo para derrotar o movimento grevista. Após 684 dias da assinatura do Termo de Acordo N.º 11/2024, 355 dias do fechamento unilateral do GT PCCTAE pelo MGI, 85 dias de retomada da greve nacional pelo cumprimento integral do acordo, e com 232 dias para o fim do atual mandato presidencial/Governo Federal, os governistas querem reabrir GTs — e sem prazo de finalização! Com apoio das direções colaboracionistas, o governo burguês de frente ampla segue obstaculizando itens já acordados, usando do jogo de responsabilidades entre MEC e MGI e outras artimanhas. A substituição da implementação da jornada semanal de 30h para todos os TAEs pelo debate com as reitorias sobre a jornada flexibilizada é um escárnio.

Ao remeter a ata da reunião com o MEC às bases, sem uma orientação clara de rejeição dos encaminhamentos propostos, a maioria do CNG indica disposição de preparar o terreno para encerrar a greve nacional sem conquistas objetivas em relação à pauta central. É preciso ter claro que o governo não atendeu a pauta da

greve, que é o cumprimento integral do Termo de Acordo da Greve (TAG) de 2024, e não estamos discutindo um novo TAG. Nesse sentido, a Corrente Proletária na Educação/POR defende a rejeição dos “encaminhamentos” propostos pelo MEC, a abertura de uma mesa de negociação da greve e reafirma as exigências:

Pelo cumprimento integral e imediato de todos os itens do Termo de Acordo N.º 11/2024;

Pela abertura de uma mesa única de negociação das reivindicações da greve, com participação da Fasubra e de todos os órgãos pertinentes (MEC, MGI, Casa Civil);

Pela publicação imediata, de forma centralizada, de todos os estudos de viabilidade sobre o Termo de Acordo N.º 11/2024;

Pela revogação da Portaria MGI N.º 5.127/2024;

Pela devolução de todos os cargos vagos extintos pela Lei N.º 15.141/2025;

Pela revogação dos dispositivos que permitem a contratação de TAEs temporários, a restrição da jornada flexibilizada e demais itens regressivos da Lei N.º 15.367/2026;

Pelo fim das restrições ao direito de greve!



Paraná

Sindicatos de servidores renunciam à luta pelo salário para se enfileirar por detrás de candidatos burgueses nas eleições

“O Fórum das Entidades Sindicais do Paraná (FES), junto a representantes de sindicatos do serviço público estadual e nacional [ANDES-SN], reuniu-se com o deputado estadual e pré-candidato ao governo do Paraná, Requião Filho (PDT), em encontro realizado no Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná. Na ocasião, as entidades entregaram uma carta com apontamentos sobre a conjuntura do serviço público paranaense e um conjunto de reivindicações do funcionalismo”, diz a matéria divulgada pelo FES em 20 de maio. Na ocasião, os sindicalistas entregaram um documento em que listaram 25 pontos com as “reivindicações” dos servidores. Em tese, esse mesmo documento seria entregue a todos os outros candidatos, mas, é evidente que isso é pura manobra para “justificar” o apoio à candidatura do “Requiãozinho”.

Fica assim escancarado o motivo que levou esses sindicatos de servidores a bloquear toda luta e mobilização pela reposição salarial (52,18% de perdas acumuladas) na fracassada campanha salarial deste ano. Se sacrifica a condição de existência dos servidores para não atrapalhar a campanha eleitoral do PT e dos partidos apoiados pelos petistas. É a mesma orientação que o ANDES-SN adotou no seu último Congresso. Dirigentes da APP-Sindicato, maior sindicato de servidores e que dirige o FES, defenderam explicitamente que se faça campanha a favor deste representante de uma das famílias oligárquicas mais antigas do Estado, cujo pai já foi governador durante quatro mandatos. Dirigentes da APP também concorrem para cargos eletivos comprovando que utilizam a atividade sindical para fazer carreirismo político dentro do estado burguês.

No início do ano, participamos das assembleias nas universidades estaduais quando as diretorias dos sindicatos se viram obrigadas a pautar o indicativo de greve como parte da campanha salarial. A “obrigação” decorria do evidente desgaste destes sindicalistas perante os professores pela inação e colaboração com o governo que provocou essa defasagem salarial. As assembleias

foram se tornando mais massivas com o passar das semanas, mas no meio do caminho, em 18 de março, o Comando Sindical Docente, que congrega todos os sindicatos docentes das estaduais, soltou uma nota informando a reunião com o líder do Governo na Assembleia Legislativa, em que apresentaram a reivindicação de reposição das perdas, mas, principalmente, fizeram a “defesa do reajuste no piso gerador, com equiparação ao Piso Salarial do Profissional Nacional do Magistério”. A nota indicava a disposição por parte do governo de atender, ao menos em parte, a reivindicação dos professores. Dessa forma, foi plantada mais uma ilusão de resolver a reposição das perdas não pela via da reposição integral do que o Estado devia, mas mediante um subterfúgio “esperto”. Nas semanas seguintes, os dirigentes conseguiram desmobilizar os professores.

A burocracia sindical, quando não está sob a uma orientação classista, fatalmente se orienta pela linha de menor resistência, escorando-se na legalidade burguesa e diluindo a contradição entre os interesses dos trabalhadores e os do patronato. Mas, no processo de burocratização que se segue, “evoluem” para assumir posições cada vez mais pró-patronais. No Paraná, no âmbito do FES, existem sindicatos que já se tornaram aparatos do reformismo, é o caso da APP. Outros, que ainda não chegaram a esse grau de degeneração, mas que podem evoluir nessa direção se não houver uma reação das bases, empurrando-as a lutar e provocar o surgimento de uma nova geração de lutadores, uma nova vanguarda que interrompa essa debacle.

A Corrente Proletária na Educação defende a constituição de uma nova direção que encarne a defesa de um programa proletário na universidade, que parta das reivindicações elementares da categoria, a começar pela reposição integral de todas as perdas acumuladas nos últimos oito anos, a defesa da universidade pública contra os ataques do governo e uma real autonomia universitária.

Santa Catarina

UFFS sem RU, reitoria mantém a terceirização

Estudantes da UFFS Chapecó estão há duas semanas com o RU fechado. A reitoria informou a suspensão do contrato com a empresa que administra o restaurante universitário, mas ao invés de organizar o serviço para ser prestado diretamente pela universidade, providenciará a “contratação de uma nova empresa concessionária”. Paliativamente, a UFFS contratou outra empresa privada para entregar marmitas aos estudantes que solicitam previamente alimentação.

A Corrente Proletária na Educação divulgou um boletim chamando a organizar um movimento pelo fim da terceirização e defesa da universidade pública, no qual explica as razões dessa reivindicação.

A reitoria da UFFS informou publicamente no dia 8 de maio que foi “decidida e encaminhada” a suspensão do contrato com a empresa que administra o RU. Que providenciará a “contratação de uma nova empresa concessionária para o RU” e que concederá aos estudantes “em situação de vulnerabilidade socioeconômica, auxílio emergencial no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), para auxiliar na aquisição de alimentação”.

É a resposta da reitoria ao descalabro na gestão do RU, resultado da política privatista da universidade e do governo Lula. É o resultado da privatização de qualquer serviço público. A empresa concessionária economiza tudo que pode no custeio do serviço para aumentar sua margem de lucro. É o que ocorre quando setores da universidade são privatizados na forma das “terceirizações”. De acordo com a nota oficial da reitoria, manterá a mesma política privatista que provocou o desastre.

Há que rejeitar firmemente esta empulhação! Não podemos aceitar que os recursos da universidade sejam desviados para favorecer empresas privadas, sejam usados para o enriquecimento de qualquer empresário. O RU tem de ser um serviço administrado pela própria UFFS, como ocorre em tantas outras universidades federais e estaduais.

Se há bilhões de reais para entregar aos banqueiros, bilhões de reais para emendas parlamentares e bilhões de isenções fiscais para grandes capitalistas, não há justificativa para que a universidade não tenha um corpo de servidores para prestar este serviço. Trata-se de uma política privatista deliberadamente escolhida.

As assembleias e manifestações estudantis em repúdio à deterioração calamitosa do RU apontam no sentido da luta em defesa do direito dos estudantes a este serviço. Mas é necessário que a revolta se direcione contra a causa do desastre, ou seja, a privatização, para que essa luta arranque uma conquista que reforce o caráter público da universidade.

A diretoria do DCE tem feito de tudo para acobertar a nefasta orientação privatista da reitoria, assumindo compromissos protetórios e se limitando a exigir a contratação de outra empresa. No limite, distribuindo pão com salsicha para os estudantes. Isso ocor-

re porque a orientação política da UJS/PCdoB é privatista, tanto quanto a do governo Lula. Os estudantes precisam se opor à orientação capituladora dessa direção e organizar-se nas assembleias gerais, onde os estudantes podem constituir comandos de base, para mobilizar e promover formas de ação direta.

A Corrente Proletária na Educação chama todos os estudantes a construir um movimento unificado contra a política privatista da terceirização e em defesa da universidade pública.

Fim da terceirização do RU! Que o RU seja um serviço da universidade! Defesa da universidade pública!

Ceará

Reativar o DCE e construir uma direção revolucionária para o movimento estudantil da UECE

Após quase 10 anos desativado, o DCE da UECE será reativado. Ao longo do mês de abril, foram anunciadas Assembleias Gerais por diversos Centros Acadêmicos, como no curso de História (22 de abril), Geografia (30 de abril), entre outros, a fim de reunir os estudantes para discutir uma série de medidas de representação estudantil: como a eleição para delegados do CONUECE (importantíssimo para o processo de reativação do DCE); a abertura do processo eleitoral para representação estudantil no colegiado (o que ajuda a manter atentos os estudantes às discussões dos professores, alterações de disciplinas etc.)

Cabe ressaltar, mais uma vez, a importância da participação e do acompanhamento desses processos de representação estudantil, em vista do sucateamento da instituição pública. A condição precária de estrutura universitária, seja nos banheiros sem manutenção, seja no RU noturno, que oferece somente sopa; além da carência histórica de professores de disciplinas obrigatórias das licenciaturas, como Libras, Estruturas, Psico, Evolutiva etc. Além disso, atentar-se para o caráter das disputas no interior do CONUECE: seja no perfil dos representantes e as “opiniões” que desenvolvem em favor dos estudantes, seja nas correntes estudantis que estarão direta ou indiretamente envolvidas com estes, com

suas posições eleitoreiras ou de apelo à democracia burguesa.

Evidentemente, os diversos órgãos são importantes para o reforço das lutas e demandas estudantis, especialmente em tempos de cortes de verbas públicas por parte do governo federal (Arcabouço Fiscal); como também contra a tirania da Reitoria e burocracia universitária que, no caso do Campus de Fátima, tem não só atropelado o movimento estudantil como tentado criminalizá-lo. Ao mesmo tempo, é preciso combater o eleitoralismo e a conciliação de classe com os governos, que prevalece na maioria das correntes políticas do movimento estudantil.

Por isso, a Corrente Proletária Estudantil (CPE) chama atenção para a necessidade de um DCE que defenda as demandas estudantis reais, sobre a base da democracia estudantil – espelhada na democracia operária – e da independência de classe; que lute pelo fim das contrarreformas, do Arcabouço Fiscal e das terceirizações, com seus próprios métodos de luta; que rompa com a reitoria e os governos burgueses; que pavimente a construção de um governo universitário tripartite de estudantes, trabalhadores e professores.

São Paulo

Greve da educação municipal de São Paulo é encerrada



A greve dos educadores da rede municipal da capital paulista, iniciada em 28 de abril, foi encerrada na assembleia de 21 de maio, perfazendo 24 dias de paralisação. Do ponto de vista da pauta econômica, o movimento foi derrotado, recebendo um reajuste abaixo da inflação, de 3,51% parcelado em duas vezes, 2,0% em maio deste ano e 1,48% em maio do ano que vem. Este índice estava contido no PL 354, enviado às pressas pelo direitista Nunes/MDB à Câmara, onde foi aprovado pelos vereadores lacaios do prefeito.

O mesmo projeto trazia embutidos outros ataques, como a opção pelos educadores de transformação do cargo de PEI

em PEIF (Professor de Educação Infantil e Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, respectivamente). Essa questão, inclusive, acabou se tornando o eixo de uma enorme polêmica logo após a votação pelo encerramento da greve, tendo em vista o golpe aplicado pela direção da Coeduc (Sinpeem, Sedin e Sinesp), que induziu toda a assembleia a acreditar que o protocolo final apresentado pelo governo continha um recuo nesse ponto. Se fosse verdadeiro esse recuo, seria uma importante vitória para as educadoras dos CEIs (Centros de Educação Infantil, as denominadas creches), mas tudo não passou de uma manobra infame por parte da direção sindical.

A tal transformação do cargo, mesmo que opcional por parte das educadoras, constitui um passo a mais no sentido da privatização, processo que já se encontra em avançado estágio. Isso porque tende a esvaziar os CEIs ainda mais, favorecendo o reforço da rede indireta (privada). Para as trabalhadoras dos CEIs, apresenta-se como uma suposta vantagem, pois poderão transitar para as EMEFs (ensino fundamental). Ao transformar o cargo, no entanto, poderão ter perda salarial de cerca de 33%, já que a J-30 (jornada do cargo nos CEIs e CEMEIs) possui salário superior à JBD (Jornada Básica Docente, que é a jornada do cargo nas EMEFs). Para

receber valor equivalente à J-30, as educadoras precisam integrar a JEIF (Jornada Especial Integral de Formação), o que só é possível com turmas atribuídas. O que, considerando que se tornaram “novatas” no cargo, ficaria mais difícil, devido à pontuação necessária no processo de atribuição. A transformação também pode atrasar a aposentadoria, já que a legislação exige ao menos 5 anos no cargo, entre outros prejuízos.

Como se vê, trata-se de um ponto sensível para a categoria. Um recuo do governo nesse item seria realmente importante. Acontece que não houve recuo nenhum. O que se passou foi que o governo queria inserir esse aspecto, que já havia sido aprovado pela Câmara, portanto, convertido em lei, no protocolo final de negociação, o que seria uma forma de reafirmar a questão – a assinatura dos sindicatos ganharia o significado de anuência. A direção sindical, porém, ludibriou a assembleia ao dar esse informe de maneira propositalmente mutilada. O governo não deu um passo sequer para trás, apenas aceitou retirar o tópico do protocolo – a lei continua valendo. Enfim, mais uma manobra suja que entra para a extensa lista da burocracia sindical.

O interesse era convencer a categoria a pôr fim à greve. A Corrente Proletária na Educação votou contra a aceitação do protocolo, ou seja, colocou-se pela continuidade da greve, mesmo reconhecendo a importância do pagamento dos dias parados, dado o significado que assumiu, de preservação do direito de greve. A Prefeitura vinha tentando golpear esse direito elementar, com uma indicação, publicada em Diário Oficial, obrigando os diretores de escola a apontar os descontos no pagamento, bem como com a judicialização da greve – contando, é claro, com a conivência da Justiça burguesa, a qual impôs multas aos sindicatos. O protocolo continha uma enorme lista de “intenções”, medidas inócuas, como os “estudos” sobre a questão das condições de trabalho e do atendimento à Educação Especial. A chamada dos aprovados no último concurso e o cumprimento do dispositivo legal que obriga a Prefeitura a convocar novos concursos também têm uma importância, mas era possível conquistar mais.

É verdade que a greve vinha dando sinais de esgotamento. Mas isso se devia à política corporativista das direções sindicais. O argumento usado pela Corrente Proletária em seu panfleto – que não pôde ser expresso ao microfone, dado o impedimento burocrático imposto pela direção da Coeduc – foi o de que era possível potencializar a greve mediante a unidade com os estudantes da USP, com os técnico-administrativos das federais e demais setores em luta, realizando passeatas unitárias massivas, projetando a luta ao conjunto da sociedade, o que tinha de ser combinado com a continuidade da ação dos comando regionais, visitando as escolas. Do ponto de vista da tática, suspender um movimento que ainda possui potencialidade para crescer resulta em capitulação.

A capitulação da burocracia sindical foi agravada pela manobra suja usada na assembleia. Está aí uma das principais lições dessa greve: as direções sindicais burocráticas mentem, impedem a livre manifestação da base e golpeiam as mobilizações com uma política de capitulação. Por isso, precisam ser removidas e substituídas por uma nova direção, classista, democrática e revolucionária. O balanço necessário a ser realizado nas bases tem de levantar essa questão central, além de colocar o enorme acerto da aprovação da greve e dos grandes atos de rua. É inegável que esse movimento acabou assumindo um caráter defensivo, impedindo a aprovação de medidas mais profundas de destruição do ensino público – o que deve ser ressaltado junto aos trabalhadores de base.

A Corrente Proletária na Educação atuou desde a preparação da campanha salarial defendendo o método da ação direta coletiva. Aprovada a greve, trabalhou incansavelmente nas regiões para potencializar o movimento, atuando nos comandos. Defendeu a mais ampla unidade, no campo da independência de classe, para derrotar o governo direitista de Nunes e impor a conquista das reivindicações da categoria. Agora, trata-se de extrair as lições desta importante luta e preparar a categoria para os novos enfrentamentos. Viva a greve dos municipais de SP!

São Paulo

Os militantes da Corrente Proletária intervieram na reunião de Representantes de Escolas/ Assembleia Regional, de 23 de maio, distribuindo o Boletim e divulgando as publicações do partido (POR). O objetivo da reunião era o de fazer um balanço da campanha contra a imposição das escolas PEIs e exigir que a direção da Apeoesp convoque uma assembleia imediatamente. O que implicava combater o eleitoralismo das correntes, que estão voltadas unicamente para as eleições de outubro e aprovar a retomada da luta coletiva para enfrentar o plano privatizante e a contrarreforma administrativa (PL 1316) do governo Tarcísio/Feder.

Reproduzimos abaixo parte do Boletim:

Compreender o momento político em que vivemos para responder ao plano de destruição da educação pública de Tarcísio

Não é possível separar a política educacional do governo Tarcísio de Freitas da situação em que vivemos. Isso serve para responder a uma pergunta que se tornou comum nas escolas: o que explica o governador do estado mais rico da federação aplicar cortes de recursos na educação, fechar salas, eliminar o período noturno e deixar milhares de jovens fora das escolas? Muitas vezes, a resposta parece como um defeito ou uma conduta política de um governador. Como se bastasse eleger outro para modificar o rumo da educação.

A Corrente Proletária/POR rejeita tal resposta. Isso porque se apoia em três constatações fundamentais:

1. A fase em que vivemos é de decomposição do sistema capitalista imperialista. A classe dominante, para manter sua hegemonia, necessita descarregar a crise sobre a maioria das nações oprimidas e dos explorados em geral. Não por acaso, potencializam-se as guerras de dominação e a guerra comercial. As consequências são o avanço da fome, da miséria e da barbárie social. O Brasil, como nação oprimida, vem sendo duramente atingido;

2. Os governos, com diferentes ritmos, sejam de direita ou de esquerda, aplicam as diretrizes impostas pelos países imperialistas. Tarcísio é o representante direitista dos ajustes ordenados pela burguesia. Por isso, segue firme com as medidas de privatização, terceirização e cortes de recursos da educação pública. Bastam os exemplos do corte de 11 bilhões de reais na educação e da privatização de 33 escolas, no último ano;

3. A ausência de uma resistência coesa das centrais, sindicatos e movimentos permite que os governos se encontrem de mãos livres para continuar descarregando a crise econômica sobre os ombros da maioria trabalhadora e da juventude oprimida. As manifestações pontuais e centradas nas disputas eleitorais, como as que ocorrem hoje, são incapazes de derrotar uma política geral da classe dominante contra a educação pública, que inclui a contrarreforma administrativa (PL 1316).

Nesse sentido, é preciso que a reunião de RE/Assembleia Regional discuta as duras medidas de Tarcísio como parte da política de “ajuste” da burguesia. O que significa ir além do eleitoralismo, das ações parlamentares e do discurso da “democracia” X “fascismo”, aprovando o caminho da mobilização direta, da convocação de nova assembleia, da unidade com os servidores e estudantes que estão em greve. O que equivale a dizer: pôr em prática os métodos próprios dos trabalhadores para impor derrotas às medidas governamentais e conquistar as justas reivindicações.

A Corrente Proletária defende que as direções sindicais, incluindo as centrais, convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores, entre elas, a educação pública.

Tarcísio sofre uma derrota em seu plano de imposição de PEIs

A campanha desfechada pela subsede Oeste-Lapa, que consistiu de inúmeras visitas às escolas indicadas para PEI, ato em frente à Diretoria de Ensino, caravana da educação e atuação firme nas assembleias escolares do dia 15, foi fundamental para rejeitar o plano de Tarcísio. A grande maioria das assembleias com pais, professores e estudantes rejeitou a farsa do ensino integral, apesar dos argumentos de alguns diretores que estavam a serviço da defesa do plano de Tarcísio.

São Paulo

Boletim Juventude em Luta

A militância tem feito campanha nas escolas secundaristas, divulgando o Boletim Juventude em Luta. O Boletim possui uma nota de abertura sob o título “A burguesia brasileira não tem como defender e garantir a soberania nacional. Organizar a frente única anti-imperialista”, que conclui com o chamado: a tarefa de defender a soberania nacional recai sobre a classe operária e suas organizações. A luta contra as privatizações, a desnacionalização da economia e a submissão ao imperialismo devem estar ligadas à defesa das riquezas nacionais sob controle dos trabalhadores. Diante do avanço das guerras, da crise econômica e da pressão dos Estados Unidos sobre a América Latina, ganha importância a construção de uma frente única anti-imperialista, capaz de unir os explorados em defesa da independência do Brasil.

Em seguida, publica a nota: Lições da greve nas universidades estaduais paulistas para os secundaristas. A organização coletiva e o método da ação direta (greve, ocupações, passeatas etc.) são o caminho para que os estudantes conquistem suas reivindicações. Conclui: A experiência do movimento estudantil universitário mostra que só a mobilização independente pode arrancar conquistas e barrar retrocessos. Por isso, os secundaristas precisam fortalecer seus grêmios, assembleias e formas de organização coletiva, ligando sua luta à dos universitários, professores e funcionários. É preciso combinar a luta em defesa das reivindicações mais elemen-

No entanto, a batalha não se encerrou. Certamente, o governador e seus porta-vozes farão de tudo para ampliar a rede de PEIs. Trata-se de uma política geral. Em 2020, existiam 664 PEIs e, em 2026, os PEIs constituem metade da rede estadual, que tem cerca de 5.000 escolas.

Os argumentos expostos nas assembleias regionais apontavam que:

1. o PEI expulsa o estudante-trabalhador, que necessita completar a renda familiar e não pode frequentar o ensino integral de 9 horas, nem mesmo o de 7 horas. O dado de que a rede estadual perdeu 253 mil matrículas de 15 a 17 anos entre 2024 e 2025 fala por si só;

2. o PEI é um dos gatilhos do governo para fechar salas de aula, porque transforma uma escola de três ou dois períodos em apenas um. Basta o exemplo de que, entre 2024 e 2025, foram fechadas 516 salas de aula, na sua quase totalidade no período noturno, incluindo as EJAs;

3. o PEI não possibilita a elevação da aprendizagem. Exemplos foram expostos de que boa parte das horas de permanência dos alunos é ociosa, o que transforma a PEI em um depósito de crianças e adolescentes;

4. o PEI é um dos instrumentos para o avanço da privatização e da terceirização. É um mecanismo de corte de recursos da educação pública e de desresponsabilização do Estado para com o ensino gratuito a todos.

Essa reunião de RE/Assembleia Regional deve aprovar a continuidade desse movimento, com visitas às escolas, em particular às poucas escolas que aprovaram a implantação do PEI. Deve oficializar, junto às diretorias de ensino, o resultado das assembleias regionais e acompanhar, passo a passo, o que farão os dirigentes de ensino. O fundamental é aprovar que a direção da APEOESP convoque nova assembleia para unificar a luta contra as medidas de Tarcísio.

tares, como as relacionadas à alimentação e infraestrutura, com a defesa da educação pública e por melhores condições de vida.

Por fim, traz os artigos específicos da campanha contra a farsa do ensino integral e a necessidade construção dos grêmios estudantis livres

Publicamos abaixo a nota sobre o PEI:

O “Ensino Integral” significa mais tempo de confinamento da juventude na mesma escola falida de sempre

O governo estadual de São Paulo, do ultradireitista Tarcísio de Freitas e seu secretário Renato Feder, tem realizado uma ofensiva no sentido da ampliação do PEI (Programa de Ensino Integral). No entanto, o movimento estudantil, em aliança com o sindicato dos professores (Apeoesp) e contando com o apoio das famílias e comunidades, tem conseguido impedir a adesão de escolas regulares (de tempo parcial) ao PEI, conseguindo a rejeição nas votações do

Conselho de Escola. Em regiões como Sul-Santo Amaro e Oeste-Lapa, por exemplo, apenas uma pequena quantidade de escolas aprovou o ensino integral.

São vários os motivos para tal rejeição: em primeiro lugar, a experiência já demonstrou que aumentar o tempo de permanência na mesma escola falida de sempre não significa mais aprendizado. Na verdade, o objetivo central dos governos é garantir que os filhos dos trabalhadores tenham onde ficar, com alguma supervisão, para que a burguesia possa explorar ainda mais a força de trabalho dos pais. Não por acaso, o grande impulso do ensino integral veio depois da aprovação da reforma trabalhista, em 2017, que permitiu a ampliação das jornadas de trabalho – aliás, tema de grande importância na atual conjuntura, quando se tem debatido a bandeira de fim da escala 6x1.

Em outras palavras, Tarcísio e Feder não estão preocupados se os estudantes estão aprendendo mais ou não, são marionetes nas mãos dos capitalistas, que só pensam em lucrar mais explorando até o limite os trabalhadores.

RECIFE

Ato de 16 de Maio

O dia 1º de Maio foi de tragédia após fortes chuvas na capital pernambucana, o que levou ao adiamento da manifestação do Dia Internacional do Trabalhador, realizada no dia 16 de maio. A intenção era marchar pela Avenida Conde da Boa Vista, com parada no Consulado dos EUA e vias comerciais, reforçando as bandeiras anti-imperialistas e pelo fim da 6x1, com redução da jornada sem redução salarial. Sob forte chuva, a marcha acabou sendo inviável. Apenas a vanguarda participou, com militantes do POR e de outras correntes e movimentos

O ato foi alvo de forte intimidação, com 21 policiais, sete viaturas, tentativa de proibir o mastro de nossas bandeiras e revista racista de um companheiro. Rechaçamos unitariamente a repressão. Foi a primeira manifestação de rua convocada pelo Comitê de Solidariedade à Palestina após o ato em solidariedade à Venezuela, onde houve uma ação aventureira de jogar um artefato explosivo no quiosque do McDonalds e confronto de parte dos manifestantes com a polícia e posterior prisão de um estudante. Nota-se, portanto, que o comitê está sob monitoramento repressivo.

Os manifestantes enfrentaram unitariamente a polícia, rechaçando suas ordens e dando sequência à manifestação. A fala do militante do PCB teve um conteúdo reacionário, pois procurou dar satisfação à polícia, afirmando que não havia necessidade da presença ostensiva, pois quem havia provocado problemas no ato anterior foi um grupo dissidente, ausente na manifestação. Fizemos a crítica, no âmbito do Comitê a esta conduta.

As falas foram predominantemente de defesa das reivindicações dos trabalhadores e rememoraram os mártires de Chicago.

E esse não é o único motivo para a rejeição ao PEI: a eliminação dos cursos noturnos, principalmente a EJA (Educação de Jovens e Adultos), também é um ataque grave à educação e aos estudantes, especialmente ao estudante-trabalhador, que tem visto seu direito elementar à educação negado com a forte onda de fechamento de salas e turnos motivada pela expansão do PEI. Para os professores e funcionários, principalmente os contratados (que não são efetivos, concursados, ou seja, que não têm estabilidade), a expansão do ensino integral tem resultado em menos aulas, portanto, em desemprego.

Enfim, são várias razões que se combinam para explicar o repúdio da juventude ao PEI. A tarefa que cabe é dar um impulso às lutas contra esse Programa que estão ocorrendo de maneira isolada nas regiões, unificando e dando maior projeção a esse combate, centralizando estadualmente a mobilização. Para isso, as entidades estudantis (UNE, UBES, UPES, UEE e UMES) têm de lançar um chamado unitário, junto com os sindicatos da educação, para uma grande assembleia, além de convocar os atos massivos e unitários contra o PEI, fazendo a ligação com as demais reivindicações elementares do movimento estudantil.

Houve denúncias quanto às mortes após o temporal de 1º de Maio, às longas jornadas e a necessidade da solidariedade com os povos agredidos pelo imperialismo.

O ato enfrentou o boicote das grandes organizações políticas e sindicais, presas ao governismo e eleitoralismo. Ainda assim foi aguerrido e levantou bandeiras de grande importância. Por melhores empregos, salários e direitos e para combater os inimigos do povo! Fim da escala 6x1. Redução da jornada sem redução salarial! Fim de todas as opressões e discriminações! Creches, lavanderias e refeitórios públicos! Demarcação das terras indígenas e quilombolas! Reforma agrária já! Abaixo o arcabouço fiscal, as privatizações e as contrarreformas! Em defesa da soberania nacional! Por uma estatal para as terras raras sob controle popular! Estatização do transporte coletivo sob controle dos trabalhadores! Não à privatização do metrô! Contra a terceirização e os ataques aos direitos! Efetivação!

LANÇAMENTO

R\$5

• capitalismo avança na destruição da natureza, das fontes de riqueza e dos seres humanos



A posição crítica do POR diante da impostura dos ambientalistas e reformistas frente à crise climática

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

Pernambuco

Lançamento do Livro “Crise mundial impulsiona intervencionismo dos Estados Unidos” e curso de formação sobre a guerra dos EUA contra o Irã

No dia 9 de maio, foi realizado pela regional Nordeste do POR o lançamento do livro “Crise Mundial Impulsiona Intervencionismo dos Estados Unidos”, juntamente com uma formação sobre a resistência anti-imperialista no Irã. O lançamento contou com a presença da militância, de simpatizantes e de convidados. Inicialmente, a formação e o lançamento seriam no dia 2 de maio, mas tiveram de ser adiados devido aos temporais e alagamentos no Recife, que inviabilizaram o deslocamento das pessoas.

No lançamento do livro, o expositor pontuou questões como a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e as guerras regionais que se proliferam por conta do intervencionismo americano. O rearmamento das potências se manifesta na elevação dos orçamentos militares de 1,6 trilhão de dólares, em 2015, para 2,9 trilhões, em 2025 — um movimento semelhante à conjuntura que antecedeu as guerras interimperialistas. Confirma-se que os choques econômicos se transformam em choques bélicos. Desde os anos 1970, os EUA entraram em uma espiral de crise com a transferência de indústrias dos países de capitalismo adiantado para os países semicoloniais. A desindustrialização dos EUA o converteu em um país rentista, que vive do parasitismo financeiro. Por outro lado, a China foi ganhando mercados em todo o mundo, substituindo os EUA como principal parceiro comercial em vários países. A crise

econômica mundial, a guerra comercial, a escalada bélica e as guerras em curso, bem como a reativação do armamento nuclear, traz a sombra das duas guerras mundiais e assinala os perigos de uma terceira guerra, voltada a uma nova partilha do mundo.

Formação sobre a resistência iraniana

A formação sobre o Irã se baseou na leitura coletiva de um documento do partido intitulado “Irã: sob ameaça de intervenção imperialista”, do ano de 2015. O texto, extraído do livro *Socialismo ou Barbárie*, desnuda as ações do imperialismo americano desde aquela época, sob o governo Obama, que tentava mascarar as reais intenções das intervenções. O documento descreve a sequência histórica desde o Império Persa, passando pelos governos nacionalistas até a revolução islâmica nos anos 1970, caminho por onde se expressou o sentimento anti-imperialista do povo iraniano.

No debate, foram apresentados aspectos da atual ofensiva imperialista contra o Irã, conectada com as guerras impulsionadas pelos Estados Unidos e por Israel no Oriente Médio.



R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

O Socialismo e a Religiao
Lênin e Rosa Luxemburgo

POR Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS



LANÇAMENTO!

Esta publicação do Partido Operário Revolucionário (POR) se fez sob a necessidade que impõe as escaladas bélicas e faz parte da campanha pela superação da crise de direção do proletariado e reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, e luta pela revolução e ditadura proletárias!

CRISE MUNDIAL IMPULSIONA O INTERVENCIÓNISMO DOS ESTADOS UNIDOS

R\$40

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO: (11) 95446-2020 @massas.por

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por



Nesta edição:

Bolívia: Declaração do CERQUI - abaixo a política esfomeadora e entreguista do governo burguês plutocrático de Rodrigo Paz; Entrevista de Rodrigo Echalar ao canal do POR argentino; As Contradições ao Interior da Luta Popular; A radicalidade na luta do movimento indígena-camponês; 17 Anos de ausência de Guillermo Lora; 17 Anos do falecimento de Guillermo Lora

Palestina: Intervenção do POR nas manifestações de 78 anos da Nakba; 78 anos da Nakba; Manifestações da Nakba pelo mundo;

Argentina: O regime político da ditadura civil está totalmente decomposto e é irrecuperável; Catástrofe social;

Assimilando o socialismo científico: Método da Economia Política



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Bolívia

LEVANTE CONTRA O GOVERNO DE RODRIGO PAZ, CUJA POLÍTICA ECONÔMICA É ANTINACIONAL E ANTIPOPULAR

O *Partido Operário Revolucionário* (POR), seção do CERQUI, chama as centrais, sindicatos, entidades estudantis, movimentos populares e correntes que se reivindicam da luta anti-imperialista a convocarem plenárias de solidariedade aos combatentes bolivianos, de defesa do movimento contra a repressão governamental e de constituição de uma frente única anti-imperialista.

Nesse marco, se coloca a defesa das reivindicações dos operários, camponeses e de todo o povo boliviano. Bem como se coloca a unidade latino-americana contra o impe-

rialismo e os governos pró-imperialistas.

A luta do povo boliviano é parte da defesa da Venezuela e de Cuba, que sofrem com a intervenção dos Estados Unidos. É parte também da luta pelo fim das guerras no Irã e na Ucrânia.

Está posta para os movimentos a defesa da autodeterminação do povo palestino, fim da anexação da Palestina e cessação imediata dos ataques ao Líbano pelo Estado sionista de Israel. Por uma República Socialista da Palestina.

Que as massas estadunidenses levantem a bandeira "Abaixo o governo

Trump!", fim imediato do intervencionismo, da escalada militar e da guerra comercial desfechada pelos Estados Unidos.

Que as plenárias de solidariedade defendam a convocação da assembleia popular para unir a luta camponesa, operária e da classe média oprimida bolivianos contra o governo pró-imperialista, para soldar a aliança operária e camponesa e conduzir o levante para a derrubada do governo entreguista e estabelecimento de um governo operário e camponês. Todo apoio a política proletária e revolucionária do POR da Bolívia!

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Abaixo a política esfomeadora e entreguista do governo burguês plutocrático de Rodrigo Paz

**A classe operária, com sua política revolucionária,
deve dirigir a rebelião da nação oprimida**

Viva a aliança operário-camponesa!

18/05/2026

1.- O governo recentemente eleito de Rodrigo Paz, a menos de 4 meses do último conflito nacional do início do ano (dezembro-janeiro de 2025-2026), enfrenta uma nova convulsão social que, mais uma vez, aponta para colocar no centro da disputa o destino do poder político.

2.- Como consequência do fim do subsídio aos combustíveis, os preços dos produtos da cesta básica dispararam para cima, com a consequente queda do poder de compra dos salários congelados pelo DS 5516 e da renda familiar da grande maioria dos tra-

balhadores por conta própria, que vivem da produção precária e da venda em pequena escala. O agravamento da miséria, que leva ao desespero, empurra as massas a recorrerem à ação direta para defender suas condições de vida.

3.- A nova crise política que se abre é consequência imediata do fato de que, para enfrentar a crise econômica e a falência do Estado boliviano, o governo Paz-Doria-Lara iniciou a aplicação de um plano de ajuste econômico de acordo com a política pró-imperialista que a burguesia latino-americana, em consonância com o governo



Trump e a burguesia imperialista, vem propagandeando como a única resposta possível diante do fracasso do nacional-reformismo no poder, que não conseguiu resolver a crise econômica estrutural do capitalismo, desde o momento em que esses governos burgueses se subordinaram aos interesses da burguesia nacional e do capital financeiro imperialista. Por isso, as políticas dos novos governos direitistas latino-americanos que assumem o poder estão condenadas ao fracasso.

4.- Essa reedição da política pró-imperialista, no governo de Paz, aparece com contornos mais antinacionais, antioperários e antipopulares do que sua predecessora da década de 1980. Em essência, esse plano procura resolver a crise descarregando-a sobre a classe operária e a maioria empobrecida do país, ao mesmo tempo em que leva ao extremo o entreguismo, concedendo todo tipo de vantagens, perdões fiscais e incentivos aos grandes capitalistas privados nacionais e estrangeiros, para facilitar o saque e a superexploração da força de trabalho. O imperialismo não encontra outra maneira de enfrentar a crise estrutural do capitalismo decadente senão através da destruição das forças produtivas e de seu componente fundamental, que é a força de trabalho. A exacerbação das tendências militaristas se enraíza nas condições estruturais atuais da crise capitalista mundial.

5.- Após o Cabildo Nacional convocado pela COB em 1º de Maio e o Cabildo camponês convocado pelo senador Condori e pela FSUTCK de La Paz, desenvolve-se a mobilização em torno das reivindicações incorporadas na pauta da COB, entre as quais se destaca a exigência de aumento salarial de pelo menos 20% e a exigência camponesa de revogação da lei 1720, chamada de “lei Marincovick”, porque seu autor é um empresário agroindustrial de mesmo sobrenome, que pretende despojar os camponeses de suas pequenas parcelas e facilitar sua reconcentração nas mãos da burguesia agroindustrial latifundiária. Apesar de o governo e a burguesia agroindustrial representada pela CAO (Corporação Agropecuária do Oriente) terem viabilizado a revogação da lei anticamponesa, a mobilização e o bloqueio camponês não recuaram porque exigem a renúncia do servil presidente dos K’aras-burgueses.

6.- A resistência obstinada e a violência dos camponeses aimarás para enfrentar a repressão policial e militar ordenada pelo governo expressam a rebelião contra a opressão ancestral das nacionalidades indígenas pelo Estado K’ara-burguês e a persistência da miséria derivada da pequena parcela improdutiva. A mobilização visa derrotar a política pró-imperialista, antinacional, antipopular e antioperária do governo Paz. Nesse sentido, procura acabar com a ordem política vigente e, nessa medida, constitui violência revolucionária. A limitação da ação política da FSUTCK e da COB é que não indicam o objetivo de erguer um governo operário-camponês e deixam, sem dizê-lo explicitamente, que a saída para a crise se consolide pela via democratizante burguesa eleitoral. Caso essa variante se produza, não será mais do que reiterar o círculo vicioso da troca de um governo burguês por outro, que, dentro da incapacidade da classe dominante boliviana, aplicará variantes mais ou menos da mesma política esfomeadora e entreguista. Nem Paz, nem Evo, nem Tuto, Assembleia Popular, Governo Operário-

-Camponês, que serão impostos pela ação direta das massas. Essa é a consigna que deve ser levantada.

7.- O POR-CERQUI CONVOCA À LUTA EM TORNO DOS OBJETIVOS:

- a) Unidade operária e camponesa para enfrentar e derrotar com os métodos da luta de classes o governo pró-imperialista;
- b) Organizar a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária;
- c) Não às leis entreguistas. Defendamos nossos recursos e nossa economia!
- d) Nacionalização sem indenização, sob controle operário coletivo, de 100% da mineração (ouro, prata, zinco, estanho, terras raras etc.). Defesa e exploração dos recursos naturais em benefício dos bolivianos;
- e) Expropriação dos latifúndios, nacionalização da agroindústria;
- f) Monopólio do comércio exterior. Todas as empresas exportadoras devem depositar os dólares no Banco Central para evitar a fuga de divisas para paraísos fiscais no exterior;
- g) Estatização dos bancos.
- h) O aumento salarial deve cobrir o custo da cesta familiar e deve ser aplicada a escala móvel de salários (reajuste periódico de acordo com a alta do custo de vida) em favor de todos os trabalhadores;
- i) Basta de salários milionários para os políticos. Que senadores, deputados, ministros, vereadores e governadores ganhem o que ganha um operário qualificado. Se nós apertamos o cinto, que os “pais da pátria” deem o exemplo;
- j) Defesa da estabilidade no emprego, exigência da criação de novas fontes de trabalho não precário, aplicação da escala móvel de horas de trabalho para que haja trabalho a todos;
- l) Defesa do foro sindical. Defesa da sindicalização obrigatória. Rejeição à campanha antissindical e antioperária do governo, que procura dividir e destruir a COB;
- m) Aumento das aposentadorias miseráveis, aposentadoria com 100% do salário de referência. Que os recursos das contribuições previdenciárias emprestados aos bancos, como o Banco Fasil, sejam devolvidos;
- n) Rejeição ao aumento das tarifas de energia elétrica e água;
- o) Congelamento das tarifas do transporte urbano, interprovincial e interdepartamental. Defesa da tarifa diferenciada;
- p) Rejeição à invasão do imperialismo norte-americano à Venezuela. Respeito ao direito de autodeterminação do povo venezuelano. Respeito à defesa do povo venezuelano pela libertação de Maduro. Defesa da Revolução Cubana. Defesa do Irã e do povo palestino diante do ataque imperialista. Pôr em pé a frente única anti-imperialista na América Latina.
- q) Não à intromissão de Trump e Milei na Bolívia. Solidariedade internacional com a luta do povo boliviano.



Transcrição do pronunciamento do dirigente do POR boliviano

Entrevista de Rodrigo Echalar ao canal do POR argentino, em 19 de maio

Rodrigo: Na Bolívia estamos em uma mobilização permanente de vários setores contra o governo de Rodrigo Paz, um governo direitista que quer aplicar uma série de medidas contra o povo. O governo preparou um pacote para descarregar todo o peso da crise econômica nas costas da maioria. Já no final do ano passado, tentou aplicar o decreto 5503, onde, além de acabar com o subsídio aos combustíveis, que para nós é um gasolinaço, congelava os salários. Esse governo pretende privatizar a economia y favorecer os grandes empresários.

Houve uma reação popular, principalmente nos setores ligados à Central Obrera Boliviana (COB). Uma mobilização de mineiros, operários de fábricas e camponeses fez com que o governo recuasse na sua intenção de aplicar o ajuste. E só ficou em pé a questão do gasolinaço. O governo havia prometido que com esta medida iria poupar muito dinheiro e, além disso, que iria normalizar a provisão de combustíveis no país, e que era uma medida necessária. Grande parte da burocracia sindical se deixou arrastar por esta proposta e terminou aceitando só essa instância de ajuste. Mas, ao longo do tempo, não resolveu os problemas econômicos.

Na Bolívia, ainda há filas por combustível, mas, além disso, o governo começou a comprar a famosa gasolina-lixo, que provocou estragos em muitos veículos, causando maior incômodo. E a famosa poupança da subvenção não existe. O governo continua afirmando que não há dinheiro e, ao mesmo tempo, preparando outros pacotes para poder destruir os direitos trabalhistas, para atentar contra os setores camponeses e indígenas, o que voltou a provocar uma reação. Por exemplo, o governo aprovou uma lei, a 1720, que permite que a pequena propriedade se “transforme” em mediana e, dessa forma, possa ser embargada pelos bancos através dos créditos, com o fim de favorecer os grandes agroindustriais, de forma que as terras acabariam em poucas mãos.

Pergunta: Acabando com a propriedade comunitária, não é? Para quem não conhece, como é a propriedade da terra na Bolívia, acabar com o que resta da propriedade comunitária.

Rodrigo: Sim, e essa é uma tendência histórica dos governos na Bolívia. A forma como eles tentaram destruir a propriedade coletiva ou comunitária dos indígenas foi precisamente com títulos de propriedade individual e créditos do banco, em uma situação de crise, um camponês que não pode pagar os créditos acaba perdendo a terra, porque a coloca como garantia para os créditos, e depois é vendida para a melhor oferta. Neste caso, os que estão procurando apropriar-se das terras são os grandes agroindustriais, não somente da Bolívia, mas sobretudo do Brasil, que querem transformar toda a zona do Oriente Boliviano em uma continuação do agronegócio do Mato Grosso. Essa intenção se viu claramente marcada, porque os camponeses a rejeitaram, sobretudo o movimento indígena do Oriente, com uma grande marcha que chegou à cidade de La Paz, e que conseguiu revogar essa lei, fazendo retroceder novamente o governo, e os que foram defender a lei foram precisamente os agroindustriais (...).

Ao mesmo tempo, aqui na Bolívia, é tradição que no primeiro de maio o governo anuncie o aumento salarial, e são os setores populares que começam a pressionar para que se faça um anúncio que, pelo menos, ressarcirá em algo a perda do valor aquisitivo. Mas o governo já antecipou que não haveria um aumento salarial, que não teria dinheiro, e isso começou a provocar os protestos em

diferentes setores, sobretudo nos setores assalariados. Dentre eles, o magistério, por exemplo, tanto urbano como rural. Os professores começaram a mobilizar-se, porque já sentem muito o peso de uma cesta alimentar familiar tão elevada, que seus salários já não podem cobrir. Então, o Magistério entra em greve. O Magistério Urbano fez uma greve de 24 horas e o Magistério Rural uma de 72 horas. Além disso, realizaram bloqueios de caminhos em todo o país. A isso se acrescenta que os camponeses também começaram a se incorporar no movimento contra o governo, e a realizar bloqueios, sobretudo na cidade de La Paz e El Alto.

Estamos nessa situação. O governo foi encurralado pela mobilização, até mesmo se viu um descontentamento na polícia, porque a polícia na Bolívia não é uma polícia de casta, é uma polícia que também ganha salários miseráveis, e havia até mesmo vídeos circulando no país, e se sabia dos rumores subterrâneos que a polícia estava preparando um motim. Então o governo encurralado, sem sustentação social, cada dia mais desgastado e desprestigiado, teve de começar a procurar métodos para se estabilizar. Deu um bônus à polícia de 3 mil bolivianos para evitar o motim e compraram lealdade, muito parecido com o que fez o Evo Morales antes de 2019, onde também deu o bônus de lealdade à polícia.

Então, grande parte da população começou a se rebelar, até mesmo a classe média que em 2025, no final do ano, não participou abertamente das mobilizações, porque ainda acreditava que as medidas do governo eram necessárias e tinha de dar um tempo, agora se está mobilizando. Então, há um forte sentimento contra este governo, que a maioria da população considera neoliberal e entreguista. Há também um forte sentimento das nações oprimidas, indígenas, na Bolívia, contra um governo que representa a minoria brancoide, a minoria exploradora, então começou a se impor também essa tendência de exigir que o governo renuncie, porque as massas entendem que é um governo inimigo da maioria nacional, é um governo antinacional que só busca favorecer os grandes empresários privados e as multinacionais.

O governo acuado procurou desarticular a luta e, para isso, por exemplo, também ofereceu um bônus ao magistério. Um bônus de 2.400 bolivianos para desmobilizá-lo. Lamentavelmente, aqui encontramos a cumplicidade da burocracia sindical, uma burocracia reformista, que começou a fazer uma campanha para que se aceitasse o bônus e nas reuniões nacionais do Ministério, utilizando sua maioria artificial, conseguiu que o magistério aceitasse e rompesse a Unidade Nacional. Mas as federações maiores - La Paz, Santa Cruz, Chuquisaca, Oruro, Beni, Pando e outras - rejeitaram o bônus. A burocracia se valeu do controle da maioria das regionais muito pequenas. Para que a gente tenha uma ideia disso, a Federa-

LANÇAMENTO!

**INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO**

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



ção de La Paz tem 35 mil afiliados. Uma federação de uma região que abarque mil ou quinhentos afiliados tem o mesmo peso em votação nessas reuniões. Portanto, a burocracia manobrou usando essas federações pequenas para neutralizar a decisão majoritária do magistério.

Pergunta: Rodrigo, queria fazer uma pergunta (...) Porque a conformação da organização boliviana é muito diferente de outros países. Então, você falou recentemente que o povo de Aymara está na cabeça da luta, aparecem os Ponchos Rojos. Estão também os mineiros, estão os trabalhadores da educação, os professores. Em que lugar confluem e discutem todos esses setores, todas essas lutas? Há um lugar comum? Vimos imagens de um cabildo, vimos imagens de uma assembleia, vimos o anúncio também da burocracia sindical da COB, dizendo que havia uma revolta geral. Em que lugar discutem todos esses setores poder fazer uma reivindicação comum? Porque vejo que há reivindicações, digamos, setoriais, mas, ao mesmo tempo, há as mais gerais.

Rodrigo: Sim, esse é um fato que devemos enfatizar. A Central Obrera Boliviana voltou a se colocar como o eixo aglutinador das lutas. Durante muitos anos, a COB, através da burocracia sindical, foi submetida ao massismo. E isso a desmoralizou bastante. Inclusive, muitos já colocaram três cruzeiros na COB como se tivesse passado o seu tempo. Mas a tradição revolucionária em nosso país retomou esse instrumento histórico, criado pela classe operária, voltando a colocar a COB no eixo da articulação da luta popular. Além disso, se está voltando a reestruturar a Aliança Operário-Camponesa, e os camponeses, através de seus sindicatos e organizações, que em muitos lugares também estão filiados à COB, articulam a luta.

Obviamente, os camponeses entraram na luta desde sua perspectiva também contra um governo que consideram representante da opressão nacional. Um governo que tem atentado contra os seus direitos à propriedade comunal da terra, mas também com um governo que está querendo privatizar toda a economia. Então, houve essa confluência, e se está coordenando. A Central Obrera Boliviana - através de suas instâncias nacionais, onde participam todos os setores trabalhistas, como mineiros, operários fabris, professores, trabalhadores de saúde, também camponeses, em alguns casos - começou a organizar e a mobilizar o povo. Convocou também a um cabildo nacional na Cidade do Alto, onde participaram os representantes de diferentes setores. E a resolução foi essa, a de mobilizar, a de lutar, a de começar o bloqueio de estradas, e também começar a impulsionar a Assembleia Popular, como uma instância onde as massas organizam e deliberam. Então é em torno disso que o POR vem mobilizando. E a isso se vão adicionando setores.

Obviamente aqui a tendência é a unidade. Porque entendem que o governo está golpeando a todos e temos de responder na mesma medida, de forma coletiva e unificada. Mas a burocracia no interior da Central Obrera Boliviana, que controla as confederações e as federações, tende a setorializar a luta e a atuar muitas vezes de forma oportunista para conseguir algum benefício para o setor e sair do conflito. Então, a unidade de baixo acabou encurralando o governo. Mas o governo encontra certos respiros graças às manobras da burocracia, como no caso do magistério que comentava há algum momento.

Pergunta: Eu queria perguntar: frente a toda essa situação, quais são as principais bandeiras do POR, como está intervindo. Sabemos, digamos, que por um lado está a direita dirigindo e, por outro, está o MAS. (...)

Rodrigo: Sim, estamos em meio da mobilização através de nossos militantes, através de nossas organizações. Temos participado, por exemplo, aqui em Chuquisaca, através da Central Obrera Departamental, onde temos alguns camaradas que têm conseguido dar linha desde a perspectiva da classe operária. Também a Federação de La Paz, que é uma das federações mais importantes do

país dentro do magistério e que também tem participação dentro da Central Obrera Departamental de La Paz e, através disso, no interior da COB, que está em dura batalha. Assim como em todas as regiões do país, onde temos presença de militantes ou simpatizantes do partido.

Nesta luta, também nos enfrentamos com a aparição do evismo. O governo permanentemente engrandece o papel de Evo Morales, como se fosse quem está dirigindo a luta nacional. E isso o faz para usá-lo como uma espécie de espantalho. A consigna de que o governo renuncie, levantada por muitos setores, sobretudo pelos camponeses, o governo a utiliza para dizer que estão sendo utilizada eleitoralmente por Evo Morales, para garantir que volte ao poder. E isso faz com que alguns setores recuem, porque muitos setores já experimentaram 20 anos de masismo e já viram que não resolveram seus problemas, que foi um governo burguês contra a maioria dos trabalhadores, dos camponeses e indígenas, e entendem que é um perigo. E, sobretudo, na classe média, os trabalhadores da classe média, como o Magistério, têm rejeitado, em parte, a campanha de que são mobilizações dirigidas por Evo Morales.

Nós, do POR, estamos defendendo claramente que isso não deve espantar a luta, porque os governos sempre usam essa tática de querer misturar as mobilizações de outras tendências políticas. No passado, quando nos mobilizávamos contra o evismo, contra o masismo, nos acusavam de ser direitistas, de ser golpistas, e tentavam, dessa forma, deslegitimar a luta. Aqui, o caminho correto é que a direção do movimento assuma uma posição de independência política que levante claramente as bandeiras da classe operária, e esse é o papel que estamos fazendo, como organização trotskista. Estamos trabalhando para superar a debilidade do movimento, que não tem um norte claro, que não tem uma resposta definida frente à crise, uma resposta desde a perspectiva da classe operária. E nós estamos levantando as bandeiras, por exemplo, da nacionalização dos recursos naturais. Porque o principal argumento do governo para negar as reivindicações populares é dizer que não há dinheiro. Nós dizemos que na Bolívia há dinheiro, há muita riqueza, mas está em mãos privadas. As grandes multinacionais estão saqueando a mineração neste momento no país. Há projetos de envergadura mundial que estão sendo entregues à voracidade das empresas multinacionais. O ouro está se exportando massivamente, e está em mãos de cooperativas mineras, e atrás dessas cooperativas estão camufladas empresas multinacionais que não pagam impostos.

Havia um dado que nos davam, há alguns anos, do Centro de Estudos de Direitos Trabalhistas, o CETLA, que dizia que na Bolívia se produziam ao ano mais de 3 bilhões de dólares em lucros do ouro. E o que ficava como pagamento de algumas regalias e impostos mínimos era em torno 60 milhões de dólares. Ou seja, agora que o ouro subiu ainda mais seu preço e a exploração se intensificou no país, os ingressos devem ser muito maiores para essas empresas cooperativas e privadas.

Além disso, na Bolívia também estamos levantando a bandeira de estatização da agroindústria, porque os grandes agroindustriais recebem todos os benefícios por parte do Estado, e não só deste governo, mas de todos os anteriores. Se lhes dá créditos, se lhes perdoa os créditos que se lhes dá, se lhes empresta o dinheiro da gestora pública, ou seja, o dinheiro da aposentadoria dos trabalhadores para o negócio, se lhes reduzem os impostos. Estes apresentam seus títulos como sendo de média propriedade e só pagam 2 a 2,70 por hectare de bolivianos. Recebem incentivos para abrir mercados internacionais. Se lhes liberalizou a exportação. Não se lhes pede que depositem os dólares no Banco Central. Então, o agronegócio recebe todos os benefícios de parte do Estado, mas não aporta nada ao país. Portanto, nós acreditamos que se deve estatizar a agroindústria e criar grandes granjas coletivas sob o controle dos trabalhadores para que essa riqueza ingresse ao Estado boliviano.

Além disso, estamos defendendo o monopólio estatal do comércio exterior. Acreditamos que o mínimo que o governo pode fazer neste momento para ter dólares é obrigar todas as empresas privadas, multinacionais, agroindústrias a depositar os dólares no Banco Central, além disso, que se priorize o abastecimento de alimentos para o mercado nacional antes da exportação. Porque com a liberalização das exportações, as grandes empresas que produzem arroz, açúcar, carne, óleo, preferem vender para o exterior porque obtêm maiores lucros e assim desabastecem o mercado interno, o que faz com que o custo de vida suba mais. Então, essas bandeiras que estamos defendendo, mais o controle coletivo em toda a economia, para que as mesmas empresas estatais sejam melhor administradas, sob controle da maioria nacional, são as bandeiras de luta que nós acreditamos que o movimento deve começar a levantar, para mostrar às massas que às vezes duvidam ou que não têm clareza do objetivo do conflito. O POR mostra o objetivo da luta. E, nesse processo, os trabalhadores têm de se colocar a tarefa de erguer seu próprio governo, porque esse vazio também está na cabeça de muitos trabalhadores.

Se Rodrigo Paz renunciar, quem virá? Entrará Lara, que é igual a um tipo descabelado, que está como vice-presidente. Voltará Evo Morales. Entrará Tuto Quiroga, que é muito mais direitista e neoliberal que Rodrigo Paz. O que fazemos? Quem vem? Essa é a dúvida que está na cabeça de muitos mobilizados e que faz com que se paralise, às vezes, a mobilização de alguns setores. Nós dizemos que tem de responder com o governo operário e camponês. Que as massas instalem a Assembleia Popular, como nos anos 70, que seja uma situação em que as assembleias, desde as bases, os cabildos, vão escolhendo delegados revogáveis com um mandato imperativo para que comecem a discutir e a executar a vontade popular, e que essa vontade se traduza em executar essa plataforma de luta que nós colocamos anteriormente.

A Assembleia Popular, como órgão de poder, tem de disputar o controle do aparato estatal com o poder burguês, o parlamento, a justiça e o governo, que se mostraram incapazes. Nós dizemos que não basta pedir que Rodrigo Paz se vá, tem de pedir que se vá toda a classe dominante, que se mostra historicamente incapazes de tirar a Bolívia da opressão e da miséria. Enquanto os trabalhadores e camponeses não assumirem o destino do país em suas mãos, a Bolívia vai continuar dando voltas nesse terreno e vamos mudar um governo por outro, mais direitista, mais reformista, mas que, no final das contas, governa para a minoria e não para a maioria do país.

Pergunta: Pergunto a Ramon, porque, claro, não há saída dessa situação política de Bolívia, só na Bolívia, digamos, se precisa dessa solidariedade internacional. Queria perguntar sobre a posição do CERQUI, que lançou uma declaração e está seguindo, dia a dia, toda a situação política.

Ramón: Sim, a primeira questão é, um pouco como indicou Rodrigo, que esta política é uma política geral do capital financeiro. Vemos como se aplicou na Argentina, por parte de Milei, o Kast no Chile, deriva para Paraguai, Equador etc., é tirar todo tipo de regulação e controle dos exportadores, dos grandes capitalistas, para multiplicar seus ganhos. Como mencionou antes o Rodrigo, é abastecer o mercado interno, porque se o que lhes produz maior ganho é exportar o produto e ficar com os dólares no exterior, vão poder fazer isso. E terminar com toda forma de subsídio ou direitos aos trabalhadores, porque para melhorar os ganhos das empresas, eles acreditam que assim vão melhorar a economia, mas a realidade é que aumentam as penúrias das massas, desemprego, carência, fome.

Então, é importante essa resposta que estamos vendo na Bolívia, que mostra qual é o caminho para enfrentar essas políticas do imperialismo. É o levantamento dos oprimidos, apelar à ação direta para terminar, para derrotar essas políticas. E, como também foi dito recentemente, é que a importância da luta anti-imperialista para nós, a ideia da Frente Anti-imperialista é a unidade da nação

oprimida, de todos os oprimidos da sociedade, sob a direção da classe operária. Isso é fundamental.

Você, em sua introdução, dizia como Trump e o governo norte-americano estão preocupados, igual que Milei na Argentina, que é o porta-voz dos Estados Unidos, dizendo que há um golpe em marcha na Bolívia. Acusam de golpismo a mobilização. Isso é uma forma, como o presidente também assinalava, de enganar as massas, dizer que aqui é o Evo que quer voltar ao poder, e ver que, na realidade, é a desesperação das massas que os empurra a essa luta tão radical.

O que importa assinalar o tempo todo é que só pela ação direta se pode derrotar essa política. Tem de combater toda a ilusão de que, através do voto, se vai poder derrotar essa política, se vai poder derrotar o governo de Rodrigo Paz. Temos de defender claramente que não há outro caminho a não ser por meio da ação direta, derrotar o plano, derrubar o governo, impor, mediante a Assembleia Popular, um governo operário. Isto não é uma elucubração. A Bolívia tem recorrido, como disse a Rodrigo, nos anos 70, à Assembleia Popular, que foi o primeiro Soviet da América Latina. Como os trabalhadores, os camponeses, os setores oprimidos da sociedade podem se colocar como reorganizar o país sobre outras bases.

Estamos dizendo que essa é uma lição para toda a América Latina. Esta luta na Bolívia é tão importante porque todos os países estão se refletindo, até mesmo a imprensa burguesa está obrigada a mostrar essas mobilizações, essa luta tão radicalizada. Ontem estávamos vendo também, desde a Europa, continuando a dedicar muito tempo a essa mobilização e como a população rejeita essas políticas de capital financeiro. Então, tem essa importância.

Por um lado, mostrar que essa é a política depredadora do capital financeiro, que quer saquear os recursos dos nossos países, e que o único caminho é a resposta por meio da ação direta, a unidade dos oprimidos, a unidade de operários e camponeses para poder terminar com essas políticas. E temos de ser muito explícitos, porque há uma ilusão, em uma parte da burocracia, em uma parte do reformismo, em que temos de convocar novas eleições. E isso gera um certo medo em um setor das massas. Novas eleições para que ganhe quem? Para que ganhe Tuto Quiroga ou para que volte o MAS? Então, certamente, é gerar uma incerteza. Nós temos de dizer com toda clareza que não é por meio das eleições, não é por meio de uma mudança de governo burguês que vamos resolver os problemas. Trata-se de colocar no centro que isso que está sendo mostrado instintivamente com a mobilização é a luta por seu próprio poder.

(...)

Evidentemente, a resposta que tem o imperialismo é reprimir, desviar, confundir as massas, dividi-las e também reprimir. Estão tentando armar setores para enfrentar a mobilização popular, setores fascistas diretamente para ir ao choque, estão alentando inclusive alguns setores desde Santa Cruz, estavam avaliando o problema do estado de sítio. Decretar o estado de sítio em algumas regiões, nos setores onde a luta é mais radicalizada, e colocar presos seus principais dirigentes. Mas o que já disseram é que a repressão que fizeram no El Alto, o que gerou foi uma maior radicalização da luta popular. Isto também está indicando a potencialidade que tem o movimento de massas.

Nós temos de denunciar em nossos países essa ingerência que tem o Milei ou o Trump de querer condicionar, porque atrás da denúncia de que há um golpe em marcha na Bolívia, é para justificar o envio de armamento e de intervenção e de fomentar essa guerra civil contra os oprimidos. O primeiro que temos de fazer é difundir esse conflito com essa política, com essa resposta que estamos colocando, que o mais poderoso é a Aliança Operário-Camponesa e que tem de lutar pelo poder próprio. Ou seja, todas essas medidas que Rodrigo comentou muito bem só podem ser impostas por um governo de outra classe. Não podem ser feitas por lei, não

podem ser feitas por um governo que surge das eleições. Tem que ser imposto de baixo com as medidas de ação direta. Essa é a lição mais importante. Esse é o caminho para derrotar essas políticas e essa é a lição para todos os nossos países.

E como no final da declaração do CERQUI, o que defendemos é que é parte de uma mesma luta. A defesa da Revolução Cubana, digamos, a luta por denunciar o ato terrorista dos Estados Unidos, sequestrando Maduro e sua esposa, é um imperativo. Exigimos a restituição de Maduro. Isto é a defesa de México, de Colômbia, que estão sendo ameaçados pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos querem... Diz que a América é para os americanos. Eles querem dizer que nós somos, nós temos de nos fazer donos de todos os recursos da América Latina e não vamos poupar os meios para alcançá-los. Nós temos de ter essa consciência.

Por isso é tão importante difundir essa luta e qual é a perspectiva que coloca a classe operária e nosso partido na Bolívia, como seção do CERQUI. Somente pela ação direta se pode tirar abaixo esse governo. Porque temos que alertar sobre essa ideia de formar partidos de trabalhadores para intervir nas eleições. O chamamento das eleições é uma distração e deve ser combatido explicitamente. Então, me parece que esse é o marco geral, essa é a importância que tem a difusão dessa luta e qual é a nossa política.

Pergunta: Rodrigo, queria pedir se quer fazer uma intervenção para fechar. Também, como veem vocês, a situação política internacional e a necessidade de solidariedade desde a Bolívia?

Rodrigo: Sim, bom, nós acreditamos que isso é uma luta internacional, porque o imperialismo, sobretudo o norte-americano, está avançando. Ao ver que perde sua hegemonia mundial, está arremetendo contra o mundo para impor pela força suas condições. É o que está acontecendo na Palestina, na guerra da Ucrânia, na Venezuela e em Cuba. A resistência contra as conquistas trabalhistas e a propriedade estatal, a educação, a saúde, em toda a América Latina é uma demonstração disso. E nesse sentido, a resistência também tem de ser internacional.

Nós, desde a Bolívia, apelamos à solidariedade do movimento operário internacional para que expresse solidariedade com a luta do povo boliviano, mas, ao mesmo tempo, a melhor forma de intervir é lutando contra os próprios governos antinacionais em seus países e contra a presença do imperialismo, que é um fenômeno

internacional. Aqui na Bolívia, a luta não paralisou apesar das traições da burocracia, apesar da repressão. Só no dia de ontem houve uma grande marcha dos fabris em La Paz, dos mineiros, que se diferenciou da marcha evista, que haviam convocado os políticos. E se chocou duramente com a polícia.

A direita está tentando criminalizar o movimento, apresentou um projeto de lei contra os bloqueios para poder prender a pessoa que bloqueia, que é uma ferramenta histórica, sobretudo do movimento camponês aqui em Bolívia, para poder fazer cumprir suas reivindicações. Já tiraram ordens de apreensão contra o dirigente da Central Obrero Boliviana e outros dirigentes. Ontem houve prisões nos enfrentamentos, e, além disso, a ameaça permanente de usar grupos de choque contra as massas. Há setores, sobretudo da classe média acomodada, que está chamando a marchas para desbloquear no país, porque os bloqueios se anunciaram que vão se massificar. Há bloqueios em Cochabamba, também há bloqueios aqui em Chuquisaca. Então, há uma tendência para que isso cresça.

O governo está querendo usar outros setores para enfrentá-los. Por exemplo, os cooperativistas. Dentro dos quais há uma capa de empresários capitalistas, que são os donos e outros trabalhadores que trabalham sem direito, mas que são mobilizados como grupos de choque. O governo lhes dá todos os benefícios em concessões, em créditos. Este último lhes perdoou uma dívida milionária que tem com o nosso seguro de saúde, mais de 136 milhões de bolivianos que deviam. E está querendo utilizá-los agora como grupos de desbloqueio. Então há essa ameaça também no cenário. E essa ameaça fascista está presente em todo o continente e no mundo, e tem de ser combatida com firmeza. Então, na Bolívia, vamos continuar a luta. Neste processo, o mais importante para nós é que a classe operária amadureça e assuma seu papel de vanguarda revolucionária para dirigir a nação oprimida contra o imperialismo.

Pergunta:

(...) Dizemos viva à luta do povo boliviano, pelo triunfo da luta do povo boliviano! (...)

Rodrigo: Muito obrigado pelo convite e também uma saudação a todos. Também nossa solidariedade com as lutas do povo argentino, que está enfrentando um governo totalmente direitista e pró-imperialista.

As Contradições no Interior da Luta Popular (Extraído do Masas boliviano nº 2882)

A luta popular chegou ao ponto de encurralar o governo e forçá-lo a recuar constantemente na aplicação de suas medidas de ajuste neoliberais. Os setores populares de operários, camponeses e classes médias empobrecidas estão se mobilizando contra a incapacidade do governo de resolver os problemas decorrentes da crise econômica, mas também contra toda sua política entreguista, privatizadora e antioperária, além dum forte sentimento nas massas, ancorado na opressão nacional, de rejeição a um governo brancoide que governa para os empresários e multinacionais imperialistas.

O governo encurralado intensificou sua campanha anti-sindical, contando com a mídia burguesa e as redes sociais, onde a classe média abastada repete até a exaustão suas consignas racistas e classistas e o ódio mortal à mobilização dos oprimidos. Essa campanha está cheia de ataques aos sindicatos, bloqueios e violência das mobilizações, mas nada diz sobre a violência aplicada de cima contra as massas, a repressão, a perseguição, a destruição de suas condições de vida e a constante estigmatização contra os de abaixo. Estamos no meio da luta de classes e não podemos enfrentar o inimigo com flores quando quer nos eliminar.

Outro ponto no qual o governo focou sua campanha é acusar a mobilização de ser liderada pelos evistas. O governo amplifica o papel de Morales e o usa para neutralizar a luta, semeando dúvidas entre os mobilizados. Esta mesma tática foi usada pelo MAS para acusar qualquer mobilização contra ele de ser financiada pela direita. É inevitável que oportunistas de todas as cores (evistas, laristas, petistas e outros) queiram aproveitar as lutas como trampolim eleitoral; diante disto, os trabalhadores mobilizados devem reforçar sua independência política e destacar suas diferenças com os políticos carreiristas, para isso é fundamental a presença do partido revolucionário na luta.

As camadas de vanguarda e os mais radicalizados não se deixam arrastar por essa campanha, mas as camadas da retaguarda são presas fáceis (este fenômeno foi claramente visto no magistério). Não poucos acabaram paralisados diante da dúvida do que vem depois de Paz. Evo de novo? Lara? Tuto?! Triste final do Evo Morales, que acabou se tornando um espantalho funcional da direita para desarticular as lutas.

Neste último ponto, outra fraqueza da mobilização é evidente: a falta de clareza nos objetivos da luta. A exigência do governo

renunciar não é errada, afinal é um governo burguês, inimigo dos explorados. Por que haveria de se lhe conceder um respiro ou uma oportunidade? Afinal, sua política tem como objetivo descarregar todo o peso da crise sobre as massas empobrecidas. Se no passado o povo mobilizado acertou contas com Goni e Evo, por que não faria o mesmo agora com outro governo antinacional? A debilidade aqui está na falta de uma perspectiva revolucionária. A burocracia sindical que dirige a maioria das organizações do país é incapaz de dar tal resposta, sua perspectiva de luta é limitada e se circunscreve no marco democrático burguês; além disso, muitos burocratas já estão preparando um conduto eleitoral (Partido dos Trabalhadores) para galgar o aparato estatal da burguesia. Outros têm pressa em fazer concessões ao governo e capitular na luta em troca de migalhas, como os burocratas do CTEUB e do CONMERB.

Esta falta de perspectiva só pode ser preenchida retomando a tradição revolucionária do proletariado boliviano, e isto só pode acontecer sob a direção do Partido Revolucionário (POR). Os trotskistas estão determinados a dar um conteúdo político a esta luta e ajudam a amadurecer as camadas da vanguarda dos mobilizados

na perspectiva de estabelecer seu próprio governo, um governo de operários, camponeses e classe média empobrecida. A forma de materializar este governo é avançar na criação de um órgão de poder das massas, como a Assembleia Popular, uma instância onde as massas dirigidas pela classe operária discutam os problemas do país, escolham seus representantes com mandato imperativo e executam sua vontade acima e em oposição ao parlamento e ao governo da burguesia.

A Assembleia Popular deve levantar claramente a resposta operária perante a crise, que não é outra senão exigir a nacionalização dos recursos naturais, a estatização dos bancos e do agronegócio, para obter os recursos necessários ao desenvolvimento da economia nacional; também se deve impor o monopólio estatal do comércio exterior para garantir a provisão de dólares e alimentos de primeira necessidade e planejar a economia por meio do estabelecimento de controle operário coletivo em todas as instâncias da administração estatal. Este é o caminho que devemos seguir para que a crise seja paga pelos ricos e para construir nossa perspectiva de poder.

A radicalidade na luta do movimento indígena-camponês se deve à subjugação das nações originárias, que permanece há mais de 500 anos

(Extraído do Masas boliviano nº 2882)

“Entre nós vamos nos governar, queremos que nosso sangue, nossa raça governe, não os “K’aras”, declarou uma mulher em meio às mobilizações.

Para surpresa dos governantes e seus porta-vozes pagos, as mobilizações não cessam. Se evidencia que esta rebelião indígena vem do mais profundo, e que no campo e nos setores periurbanos não se aceita um governo que representa a classe dominante brancoide e racista que odeia os índios. Centenas de anos de exploração e roubo de suas terras acabam explodindo de tempos em tempos em busca de vingança, situação que hoje é agravada pela aguda crise econômica que Rodrigo Paz descarrega nas costas da maioria empobrecida.

A reivindicação da “Autodeterminação Nacional” é uma tendência presente nestas mobilizações camponesas. Também fica demonstrado que os 20 anos de masismo impostor não resolveram esse problema tão profundamente enraizado na realidade boliviana. O MAS de Evo e Arce manteve, sem tocar nos privilégios e na hegemonia dos grandes empresários e estrangeiros. Esses administram a economia nacional e são proprietários das grandes extensões de terras férteis. Consolidam assim o regime de propriedade privada, de modo que esse poder econômico lhes permita manter seu domínio sobre a nação Aymara, Quéchua e Tupi Guarani.

Para Guillermo Lora, “A resposta precisa à opressão nacional não pode ser outra que a autodeterminação nacional, que implica o direito dos Quéchuas, Aymaras etc. de se estruturarem politicamente em estados soberanos e de se separarem do atual estado boliviano, se assim o desejarem”.

Esse é o caminho, uma vez que “O Estado boliviano tem sido e é a expressão política da vontade e dos interesses de uma minoria brancoide... que é realizada explorando e oprimindo a maioria da população... A revolução libertadora do proletariado – libertadora de todas as formas de opressão de classe e nacional – será realizada através da destruição do Estado controlado por uma minoria exploradora e opressora... Não haverá libertação das nações indígenas – de aymaras, quéchuas, tupi-guarani, etc. – enquanto a deificação deliberada do Estado persistir e não for claramente

entendido que este é o instrumento da opressão nacional... O caminho para a libertação nacional passa por uma compreensão correta da natureza opressora do Estado e da urgência de sua destruição. A libertação nacional supõe o ataque – no campo ideológico e nos fatos – contra o Estado opressor. O que não pode ser concebido de outra forma. A partir disso, deduzimos que o destino do Estado boliviano – que se ergue sobre a submissão e até a humilhação das nações nativas – é o de desmembrar-se e inclusive desaparecer como resultado da libertação dos Quéchuas, Aymarás, Tupiguaranis etc. Autodeterminação nacional é e separação da jurisdição do atual estado e governo central... A autodeterminação e libertação nacional, inseparáveis da solução radical do problema da terra, abalarão e transformarão profundamente essa realidade econômico-social que hoje se chama Bolívia, por essa mesma razão, essa descomunal e despiedada convulsão social estilhará, de modo inevitável, o aparato estatal e todo o edifício ideológico criado para justificar e preservar o estado de coisas imperante.”

“O correto é não opor nação e classe, mas determinar se a classe revolucionária de nossa época – o proletariado – deve e pode expressar a necessidade histórica da autodeterminação nacional e da separação. Acreditamos que sim, começando pela verificação do lugar que a classe operária ocupa na sociedade. Deve-se dizer que o proletariado é a única classe social capaz de expressar e materializar a tarefa de autodeterminação das nacionalidades nativas atualmente oprimidas e exploradas. Toda a experiência histórica do campesinato, das nacionalidades indígenas, mostra que eles sempre foram traídos pela feudal burguesia e pela burguesia da última época; a luta revolucionária sempre desaguou pelos canais da aliança operário-camponesa. Hoje, mais do que nunca, esta tática será novamente atualizada e politicamente potenciada pelo proletariado”. ... “Será a ditadura do proletariado – um verdadeiro governo operário-camponês na atrasada Bolívia– a que garanta a efetivação da autodeterminação nacional” (O Problema da Libertação das Nações Nativas, Ediciones Masas, 1992).

17 Anos de ausência de Guillermo Lora

(Extraído do Masas boliviano nº 2882)

Em 17 de maio de 2009, há 17 anos, se apagou a mente de nosso camarada, Guillermo Lora Escobar, revolucionário profissional no sentido mais estrito da palavra, um militante que dedicou toda a sua vida ao objetivo central de consumir a revolução social.

Construtor do POR que luta junto com as massas em todas as suas lutas, geralmente partindo de demandas concretas imediatas, mas que, diante da incapacidade da classe dominante de resolvê-las, questiona a própria permanência do regime social e econômico burguês. No nosso caso, a condição de um país capitalista atrasado governado por uma burguesia entreguista, incapaz de superar o atraso e a miséria do país, sujeito aos desígnios da rapina imperialista.

Este POR sempre presente no coração das lutas sociais, apontando a perspectiva da revolução social, para instaurar o governo operário-camponês, livre da opressão dos patrões e do saque imperialista, asentada na propriedade social dos grandes meios de produção: as fábricas, a terra, as minas, os poços de petróleo, a banca privada, etc.

Criticamente, Guillermo exige do POR uma militância de revolucionários profissionais e não de “militantes ocasionais”, que acabam acomodando suas vidas à ordem burguesa e, em vários



casos, renunciando à luta revolucionária.

No panfleto de novembro de 2007 “Partido dos Revolucionários Profissionais”, já seriamente afetado pelo câncer que, um ano e meio depois, o derrotaria, Guillermo destaca:

O POR “tem o desígnio de analisar e acumular as vitórias, as frustrações e as derrotas de todas as batalhas, a fim de fortalecer a teoria marxista-leninista-trotskista, voltada a forjar verdadeiros revolucionários profissionalizados, que conhecem devidamente a materialização das tarefas teóricas e práticas. O revolucionário não só manuseia a caneta ou o computador, como também precisa se aprimorar nos trabalhos conspiratórios. Não precisa se contentar em ser um orador brilhante, deve também adquirir conhecimento e prática para agir como um combatente exemplar”.

“Somente o militante profissional pode alcançar um alto nível teórico, para traduzir as práticas, sucessos e derrotas das massas em teoria, que será usada pelo Partido para educar a militância, a fim de prepará-la para alcançar vitórias”.

“Tudo isso só pode ser alcançado se os militantes se tornarem profissionais que entreguem suas vidas, todas as suas habilidades, sua inteligência, para garantir um trabalho eficiente e impecável em todas as tarefas que realizam como militantes. Sem defeitos, taras, apenas com eficiência, inteligência e firmeza de aço.”

17 anos do falecimento de Guillermo Lora

Publicamos a tradução de um dos escritos de Guillermo Lora, que consta nas Obras Completas. Selecionamos uma exposição de Lora sobre o Programa de Transição da IV Internacional, redigido por Leon Trotsky.

Essa escolha, entre as centenas e centenas de documentos, se deve à importância da luta do POR boliviano por se constituir como partido-programa, vinculado à luta da Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky, pela constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Neste momento de ampla desintegração da ordem capitalista mundial, constituída após a Segunda Guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos, emerge o programa da revolução social e com ele a tarefa histórica de superar a crise de direção.

São inúmeros os escritos de Lora sobre o revisionismo que levou ao estilhaçamento da IV Internacional, ao retrocesso dos avanços no sentido de construir o Partido

Mundial da Revolução Socialista e o percurso imposto à vanguarda com consciência de classe de tomar em suas mãos a luta pela construção do partido-programa.

Lora deixou não somente uma vastidão de escritos que são verdadeiros documentos, que de conjunto formam uma extensa exposição do programa da revolução social e do internacionalismo proletário, mas também o exemplo prático de construção do POR no seio do proletariado mineiro e de constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Nesse exato momento, a Bolívia se acha convulsionada por um levante de camponeses, setores operários e camadas da classe média arruinada. Em meio a esse embate, o POR expressa a estratégia da revolução e ditadura do proletariado. Levanta a bandeira de constituição da Assembleia Popular e da organização da frente única anti-imperialista, cuja experiência da Assembleia Popular de 1971 vem à tona,

encarnada programaticamente pelo POR. Guillermo Lora esteve na direção da luta da Assembleia Popular pela derrubada do governo burguês e estabelecimento do governo operário e camponês. Essa rica experiência se encontra fartamente exposta nas Obras Completas.

Lembramos o falecimento de Guillermo Lora, que completou 17 anos, no dia 17 de maio. Na realidade, o POR como seção brasileira do CERQUI lembra dia a dia, uma vez que assimila e aplica as mais importantes lições teóricas do marxismo-leninismo-trotskismo, os exemplos práticos de construção do partido e a orientação do internacionalismo proletário. A melhor forma de homenagear o trabalho incessante de Guillermo Lora é a de fortalecer o CERQUI, desenvolver o partido no Brasil e contribuir com o processo de reconstrução da IV Internacional.

Memória Eterna ao camarada Guillermo Lora!

SOBRE O PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Guillermo Lora

Observação preliminar

1) Não se pode conceber a luta revolucionária, enfim, a revolução social, à margem do programa das reivindicações transitórias, que são a ponte que permite unir, vincular, a luta pelas reivindicações imediatas com a finalidade estratégica da revolução social. A separação entre esses dois extremos termina degenerando a pretendida luta revolucionária e empurrando-a para o ultraesquerdismo (o que significa ignorar a luta pelas reivindicações imediatas) ou para o reformismo, o que equivale a deter-se unicamente nas pequenas reformas.

É de conhecimento generalizado que a batalha cotidiana dos grupos que se autodenominam como “revolucionários” termina atolada em meio à incompreensão do que é a luta revolucionária e da substituição desta por posturas ultraesquerdistas e reformistas.

Aqui se encontra a causa principal do por que as pretensas direções dos explorados e oprimidos acabem atoladas nessa incompreensão. O mínimo que pode ser pedido é que se recorra às análises profundas desses fenômenos, com a finalidade de revelar as causas da capitulação dos politiqueros diante da classe dominante nacional e imperialista.

É preciso explicar com profundidade este fenômeno, única maneira de evitar a confusão em seu interior. Diariamente deparamos com os desvios das massas do verdadeiro caminho revolucionário. Frequentemente os que dizem dedicar-se à política acabam separados das massas radicalizadas e, outras vezes, os portadores da política correta não chegam a tornar-se em sua direção.

Na análise profunda desse problema e nas respostas corretas que possam ser encontradas reside a chave de uma política revolucionária verdadeira. Não há dúvida de que esta investigação deve alcançar o nível das verdades comprovadas.

O grave na atualidade reside em que se esqueceu a essência do que é o “Programa de Transição da Quarta Internacional”, redigido por L. Trotsky em 1938 e cuja essência é a síntese do marxismo-leninismo. É preciso observar que o Programa de Transição continua e sistematiza as ideias da Internacional Comunista da primeira época de Lênin acerca de que a separação entre programa mínimo e máximo, entre reforma e revolução e entre tática e estratégia, conduz ao reformismo, motivo pelo qual deve formular-se o programa de transição. Esse último programa permite às massas, partindo de sua luta e necessidades cotidianas, do real desenvolvimento de sua consciência classista, inclusive de seus preconceitos, mobilizá-las e projetá-las para a conquista do poder. Não se deve esquecer que os explorados não amadurecem politicamente para fazer a revolução em uma academia ou somente em uma época social à margem das lutas cotidianas, mas no transcurso dessas, precisamente.

Esse processo não somente une as massas para a luta revolucionária pelo poder político, como também lhes permite amadurecer para a materialização de sua tarefa histórica.

Não se deve esquecer que tanto as históricas “Teses de Pulacayo” (1946) como o “Programa do Partido Operário Revolucionário” boliviano aplicam o método do Programa de Transição.

Para a correta compreensão do processo político, é preciso utilizar o materialismo histórico, o que permitirá revelar a essência da revolução social. A história do movimento marxista chega a seu ponto culminante junto com a superação das tentativas de separar a luta pelas reivindicações imediatas da batalha por alcançar a finalidade estratégica do proletariado considerado como classe; estamos nos referindo à conquista da ditadura proletária.

2) Não se deve esquecer que, na etapa da Guerra do Chaco (1928–1935), o incorretamente chamado “socialismo” não ultrapassava as ideias difundidas pelos mal chamados “intelectuais socialistas”, que abrangiam as colocações dos supostos pensadores democratizantes e das agrupações artesanais conduzidas por líderes anarquistas.

Timidamente, surgiu o anarquismo pouco depois da independência do país, através de escassos intelectuais da classe social dominante e do artesanato que se concentrou nos centros urbanos economicamente prósperos, fenômeno que avançou até a véspera. Hoje em dia já ninguém se lembra do anarquismo, embora ele não tenha desaparecido por completo das organizações artesanais.

Dominava a situação a luta pela conquista de pequenas reivindicações imediatas. Na Bolívia atrasada, embora já capitalista tardia e de economia combinada, a proposição da revolução socialista era considerado uma utopia temerária e inalcançável.

Não se deve esquecer que foram as “Teses de Pulacayo”, aprovada no Congresso Extraordinário da FSTMB, realizado em novembro de 1946, no distrito mineiro do departamento de Potosí, a que pela primeira vez proclamou permanentemente a proposição da revolução permanente.

Não se deve esquecer que os setores avançados da classe operária do país, isto é, os mineiros, foram os que primeiro tomaram consciência, com capacidade para conduzir a política revolucionária no país.

A alavanca desse fenômeno extraordinário foi o Partido Operário Revolucionário

Causa enorme estranheza que, apesar do importantíssimo antecedente citado, os militantes do Partido não se convertam em dirigentes políticos das massas, que instintivamente vão se chocando com os governos burgueses de plantão. Ao nos referirmos à direção política dos explorados e oprimidos, não estamos exigindo que os poristas conquistem cargos sindicais simplesmente. Não estamos nos referindo a que a vanguarda operária se conforme em obter cargos sindicais a qualquer preço. Recordamos que sua obrigação é alcançar a politização dos trabalhadores, imprescindível para que possam orientar-se rumo à materialização da finalidade estratégica do proletariado, ou seja, a destruição do capitalismo e que os explorados e oprimidos conquistem o poder político com a finalidade de construir a sociedade comunista.

3) Os resultados que observamos demonstram que o trabalho dos supostos “revolucionários profissionais” no seio das massas assalariadas, da classe média e do campesinato, é, além disso, completamente deficiente. Esse é o motivo pelo qual na situação nacional esteve ausente a organização capaz de dirigir os explorados e oprimidos à sua libertação.

Ao longo da história boliviana é evidente a ausência de organizações formadas por revolucionários profissionais, como resultado do trabalho de células marxistas-trotskistas internacionais e nacionais.

Na bibliografia nacional, não se encontram estudos históricos sobre a questão da formação de organizações de revolucionários profissionais. Tampouco se encontram indícios de que supostos “marxistas” tivessem realizado investigações acerca da natureza e das particularidades das classes sociais e do próprio país.

Até pouco tempo atrás, os pretensos “marxistas” esforçavam-se por não abandonar seu preconceito de que a Bolívia era um país “pré-capitalista”, onde não podia aplicar-se o socialismo científico. Esses presumidos “revolucionários”, especialistas em elucubrações fantásticas, jamais deram um passo além do liberalismo e permaneceram petrificados em meio à sua ignorância.

O mínimo que pode exigir-se é que imediatamente se preencha o vazio deixado pelos “sábios socialistas” de véspera com os resultados da análise da realidade boliviana com a ajuda do método científico marxista.

Não se pode confundir esse trabalho de investigação revolucionária com a simples memorização de alguns textos, com a finalidade de repeti-los mecanicamente diante de grupos de simpatizantes.

O objetivo da penetração dos militantes do Partido no seio da vanguarda dos explorados e oprimidos não pode ser outro senão fazer com que estes amadureçam politicamente, e igualmente que sua atividade cotidiana ajude as massas a amadurecer politicamente e se projetem rumo à materialização da finalidade estratégica, isto é, da destruição da sociedade capitalista putrefata e culminem na ditadura proletária (Governo Operário-Camponês), voltada para a sociedade comunista, sem propriedade privada e sem fronteiras. Repetimos que isso pode ser alcançado se se chegar a compreender o que são as reivindicações transitórias e que as massas lutem por sua aplicação.

Assim se aprofundará o conhecimento do marxismo-leninismo-trotskismo e se alcançará a materialização da almejada revolução social

É preciso ter presente que Leon Trotsky, partindo de Karl Marx, apresentou a teoria da revolução permanente como resposta ao problema de como materializar as tarefas democráticas não cumpridas, estando presente o proletariado como classe social.

A ditadura do proletariado cumprirá plenamente as tarefas burguesas para sua obrigatória transformação em socialistas.

A revolução, que necessariamente deve começar dentro das fronteiras nacionais, não poderá deixar de tornar-se internacional, se realmente se empenhar em resolver os agudos problemas emergentes de suas próprias entranhas.

É preciso não esquecer que a revolução é a mudança qualitativa no desenvolvimento da sociedade, ocasionada pelo grande desenvolvimento das forças produtivas que entram em choque com as relações de produção (forma particular da propriedade privada dos meios de produção). A revolução ocorre quando a classe social proletária (fator subjetivo), que encarna as tendências progressivas da história e é parte fundamental das forças produtivas (fator objetivo ou econômico), adquire consciência de sua tarefa histórica: sepultar a sociedade envelhecida; então se diz que o fator subjetivo (consciência de classe que se expressa no partido político) corresponde à maturidade do fator objetivo. A revolução supõe a luta por reformas.

A revolução social é o deslocamento de uma classe social por outra no poder.

A revolução política é o deslocamento no poder de um setor por outro da mesma classe social.

A revolução proletária é social, porque se encaminha a expulsar a classe burguesa (representada por suas expressões políticas civis ou militares, democráticas ou ditatoriais) como dona do Estado. A luta dos operários pela derrubar do poder da burocracia nascida de seu próprio seio e recuperar o controle do aparato estatal pela classe é política.

A luta pelas reformas deve subordinar-se à estratégia da revolução proletária.

O trabalho no seio dos explorados deve ter como finalidade central fazer com que estes amadureçam para que sua atividade cotidiana permita às massas amadurecerem politicamente e se projetarem rumo à materialização da finalidade estratégica.

Isso pode ser alcançado se se chegar a compreender o que são as reivindicações transitórias e como se pode fazer com que as massas lutem por sua aplicação.

A luta da classe operária contra a burguesia é revolucionária

De início, é preciso assinalar que essa perspectiva coloca a ditadura do proletariado, que é um objetivo estratégico. Trata-se da luta da classe social oprimida e explorada contra a burguesia, o imperialismo e seu Estado, isto é, forças excludentes.

Proletariado (forças produtivas) e burguesia (grande propriedade privada ou relações de produção) são os polos extremos da contradição determinada a transformar radicalmente a sociedade.

O sistema capitalista tirou de suas entranhas o proletariado, desdobrou-se nele. Seu desaparecimento - como ensinam a história e a teoria - será possível se destruir a burguesia.

O sistema capitalista, para poder existir, tirou de suas entranhas o proletariado, desdobrou-se e negou-se através deste último.

Como não poderia ser de outra maneira, isso explica por que não pode haver cooperação, mas sim uma guerra de morte entre o proletariado e a burguesia.

Karl Marx disse que a luta entre burguesia e proletariado coloca a perspectiva da ditadura deste último, o que significa o ponto central do desenvolvimento da sociedade capitalista. Se não ocorrer a ditadura do proletariado, se a revolução social fracassar, isso não quer dizer que continuará por séculos, eternamente, imperando a ordem social burguesa já apodrecida, o capitalismo em decomposição. Se persistir esse processo de desintegração, o destino da sociedade será terminar na barbárie, perigo que já se perfila no horizonte.

Como esse processo degenerativo avança, a cada dia em um ritmo mais veloz, corresponde que o proletariado se apresse em realizar a revolução social à frente das massas de oprimidos e explorados famintos.

O proletariado, não proprietário dos meios de produção, por ser parte essencial das forças produtivas, é a encarnação destas e instintivamente comunista; a materialização de seu instinto permitirá o fortalecimento do lado positivo da atual sociedade.

As relações de produção atuais, sintetizadas na grande propriedade privada (burguesia) dos meios de produção, encarnam tudo o que há de reacionário (negativo) da velha sociedade, cujo desaparecimento inevitável está encarnado no processo histórico.

A luta de classe social contra classe social, entre classes sociais que chegaram à sua maturidade e que atuam conforme seus interesses históricos, é a política e, no caso do proletariado, a política revolucionária, que questiona, em toda sua profundidade e legitimidade, a ordem social e o Estado-governo imperantes. Por isso esta luta é política, além de ser a expressão da contradição social fundamental e de sua superação. É por isso que se diz que a política é economia concentrada.

Os sindicatos operários e também os partidos políticos - inclusive os que se reivindicam da esquerda - estão em meio à luta de classes, isto é, da luta política.

Quando se afirma que a luta entre proletariado e burguesia, que é política, coloca a ditadura da primeira classe social, estamos indicando que a luta cotidiana dos explorados e oprimidos se projeta rumo à conquista do poder estatal, o que é política indiscutível.

Se não nos afastarmos do materialismo histórico, compreenderemos com facilidade que a conclusão indicada corresponde à natureza da sociedade capitalista e da própria luta de classes.

Os problemas que muitos formulam como exclusivamente sindicais também desembocam na luta política; a ignorância sobre esse problema acaba favorecendo a classe dominante e seu governo de plantão, o que quer dizer que seus porta-vozes são francamente contrarrevolucionários.

Arrancar à força as organizações sindicais dos assalariados da luta política revolucionária significa convertê-las em serventes da burguesia que, como demonstra uma longa experiência vivida no campo trabalhista, utiliza a burocracia sindical para difundir sua política reacionária no seio das massas. Os que assumem esta atitude não podem chamar-se revolucionários ou marxistas-leninistas-trotskistas.

Os trotskistas têm o mérito indiscutível de terem politizado as massas bolivianas, particularmente os operários mineiros, a tal ponto que hoje ninguém se escandaliza quando surgem denúncias de que, no campo sindical, todas as posturas adotadas são expressões políticas.

No país foram dados passos importantes para que os explorados não se afastem da luta revolucionária, que conduz à ditadura do proletariado.

Não se deve esquecer que a luta dos explorados torna-se política quando estes adquirem consciência de classe, quando, com a ajuda do marxismo-leninismo-trotskismo, compreendem como e por quem são explorados e, ao mesmo tempo, por quais caminhos deixarão de sê-lo, isto é, abandonarão sua condição de proletários.

Essa admirável maturidade de classe, que é a luta política, precisa concretizar-se na atividade cotidiana. Neste plano, a primeira questão que se coloca é a de saber que relação existe entre a luta pelas reivindicações imediatas (por exemplo, as salariais, duração da jornada de trabalho etc.) com a política.

A separação entre objetivos imediatos e estratégicos conduz à deformação da luta

Na etapa inicial, tanto da atividade sindical quanto da partidária, cai-se na dicotomia ou separação em dois campos: por um lado, a luta buscando a satisfação das necessidades imediatas e econômicas dos trabalhadores, por exemplo, e por outro, o combate buscando implantar o socialismo.

Os reformistas afirmam que não existe identificação nem influência mútua entre ambos os objetivos e concluem afirmando que, não havendo interrelação, o aconselhável é manter totalmente separados ambos os extremos.

Esta deformação da atividade dos trabalhadores concretizou-se na tendência reformista e reacionária que diz que os sindicatos não têm nada a ver com a política, sobretudo com a política operária.

Não se deve esquecer que foi apresentada como exemplo de honestidade a frase que diz que as camisas político-partidárias devem ser abandonadas às portas da organização sindical.

A teoria e a experiência ensinam que a separação entre as atividades estritamente sindicais e a luta política pela implantação da ditadura do proletariado desemboca no campo do reformismo e do colaboracionismo de classe.

Tanto a socialdemocracia quanto o estalinismo acabaram nesta monstruosidade, convertendo os sindicatos em barricadas da contrarrevolução.

É preciso compreender com clareza por que se chega a esta conclusão, que a muitos pode parecer própria de um sectarismo partidário fechado.

Não se deve esquecer que está estabelecido e sublinhado em numerosos documentos do presente e do passado que a separação arbitrária entre sindicalismo estreito (expressão do colaboracionismo de classe) e a política revolucionária tende a desembocar na perpetuação da exploração e da opressão burguesas.

17 anos do falecimento de Guillermo Lora

Uma das lições da história: observou-se até o cansaço que a separação entre a atividade estritamente sindical e a luta política desemboca inevitavelmente no reformismo e no colaboracionismo de classe. Observou-se até o cansaço que os reformistas corruptos, tanto do reformismo quanto do estalinismo (ambos apodrecidos), empenharam-se em transformar as organizações operárias em barricadas da contrarrevolução. Observou-se até o cansaço que a luta entre as classes sociais proletariado e burguesia - que se apresenta como a disputa entre empregadores (empresários, capitalistas) e assalariados (trabalhadores), com a finalidade central que configura a sociedade capitalista e que consiste em que a burguesia se apropria da mais-valia (lucro produzido pelo proletariado explorado e oprimido) - corresponde à contradição fundamental, alicerce da sociedade capitalista, isto é, a grande propriedade privada dos meios de produção.

O exposto quer dizer que a luta por melhores salários não termina com a conquista de aumentos (embora sua concretização possa atenuar momentaneamente a batalha entre as classes sociais), posto que ela se projeta para a essência da contradição fundamental sobre a qual se assenta o capitalismo e que se resolverá unicamente com o esmagamento da burguesia como classe dominante, o que ocorrerá quando lhe forem arrancados tanto o poder econômico quanto o político.

A luta pelas reivindicações imediatas projeta-se para a revolução social, isto é, para acabar com a contradição fundamental que se coloca na base material da sociedade capitalista, através de sua superação, que nada mais é do que a transformação revolucionária da sociedade.

Reivindicação transitória própria da luta revolucionária

Se se busca retornar à luta revolucionária, é preciso fundir a batalha pela satisfação das necessidades imediatas com a luta pela materialização do objetivo estratégico da revolução social e a conquista do poder político. Não se trata de abandonar a luta pelas necessidades imediatas ou a batalha política pela conquista do poder, mas sim de fundi-las para materializar a ditadura do proletariado.

Não se trata da justaposição das reivindicações imediatas com o enunciado da ditadura do proletariado, que seguem separados para serem expressos um depois do outro.

Na verdade, trata-se de fundi-los, de convertê-los em uma unidade dialética, de maneira que ambos os extremos se condicionem mutuamente.

A reivindicação transitória é a ponte que conduz, que projeta a luta pela satisfação imediata rumo à conquista do poder.

A resposta às necessidades imediatas deve ser formulada de tal maneira que já seja uma projeção, um passo para a luta pela revolução social; por isso deve-se ajudar os explorados a compreender como funciona o aparato capitalista e o de seu governo, o mecanismo interno da exploração do operário, o destino da mais-valia. Na medida em que as massas se politizam, aproximam-se da conquista do poder político.

Ao se dar respostas aos problemas cotidianos, deve-se ter cuidado para fechar todas as portas pelas quais a classe dominante pode escapar e manobrar, tudo para manietar as massas e imobilizá-las.

Agora pode-se compreender nossa afirmação de que a luta de classe contra classe é política, porque conduz à revolução social e à ditadura do proletariado, que nos salvará do perigo da barbárie.

Setembro de 2008

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, Tomo 70, Ediciones Masas, 2015)

Intervenção do POR nas manifestações de 78 anos da Nakba

São Paulo

No dia 16 de maio, realizou-se o protesto pelos 78 anos da Nakba, convocado pela Frente em Defesa do Povo Palestino. O protesto ocorreu em várias capitais do Brasil e do mundo. Participou também da manifestação o Movimento das Mães de Maio, que há 20 anos denuncia os assassinatos de seus filhos. O ato foi dirigido pela coordenadora da Frente Paulista Palestina, Soraya Misleh. A concentração ocorreu em frente ao Masp, na Avenida Paulista, e a marcha seguiu em direção ao centro.

Na concentração, falaram representantes palestinos e das Mães de Maio. Como de costume, as correntes políticas também se manifestaram durante o trajeto da marcha. A intervenção de Misleh e de outros palestinos e árabes esteve centrada em expor o massacre sofrido por esse povo, que já dura 78 anos. Também relataram a história de suas famílias, expulsas da região e obrigadas a viver, sobretudo, em campos de refugiados na Síria. Além disso, descreveram a campanha internacional de combate à fome na Faixa de Gaza, realizada por meio das flotilhas, particularmente a que atualmente navega em direção a Gaza, após a prisão dos ativistas da flotilha anterior. As intervenções eram intercaladas pelas palavras de ordem: “Lula, não basta discurso, rompa relações com Israel”, “Viva a resistência palestina” e pela consigna do movimento: “Palestina livre, do rio ao mar”.

As Mães de Maio, emocionadas, pediam justiça pelos crimes de Estado cometidos contra seus filhos. Denunciaram o “Maio Sangrento” desencadeado pela polícia, que até hoje permanece impune.

Durante a concentração, foram feitas denúncias contra as punições promovidas pelos sionistas a militantes brasileiros, como José Maria, que tomou a palavra para saudar a resistência do povo palestino e destacar a importância da luta dos trabalhadores contra as perseguições da burguesia sionista no Brasil. No mesmo sentido, falou um militante que esteve na flotilha, responsabilizando o governo Lula por manter relações econômicas com o governo Netanyahu.

Em seguida, a manifestação prosseguiu sob as palavras de ordem do movimento.

O POR interveio com a distribuição do Manifesto, com a banca de publicações do partido e com a venda do Jornal Massas. Durante o percurso, um militante do POR teve alguns minutos para defender o conteúdo do Manifesto. Reproduzimos abaixo:



Pronunciamento do POR

Companheiros, falo em nome do Partido Operário Revolucionário, sou professor da Rede Estadual de São Paulo e também da Rede Municipal, que agora se encontra em greve contra esse governo ultradireitista do Nunes, que aplica a mesma política do assassino Tarcísio, responsável pelas chacinas que todos nós estamos aqui para condenar, para denunciar e para organizar o movimento pra combater.

Hoje, temos também os 78 anos da Nakba palestina, que merece toda a nossa atenção, porque o genocídio prossegue. A ação do imperialismo no mundo todo, que tem por trás o capital financeiro, visa roubar as riquezas naturais, submeter os países semicolônias e impor cada vez mais as suas determinações. Os EUA, que têm sua luta contra a China como pano de fundo, precisa sufocar qualquer tipo de resistência no mundo.

E eu encerro minha fala, dizendo o seguinte: a consigna que serve para unificar os explorados no mundo todo é a bandeira da frente única anti-imperialista.

O que significa, camaradas, a frente única anti-imperialista? Significa que nós devemos unificar os explorados no mundo, partindo de suas reivindicações elementares, juntando as lutas em curso com o programa e a direção do proletariado no enfrentamento à burguesia em cada país e ligando as lutas contra os Estados Unidos, contra o imperialismo. É com a frente única anti-imperialista que a gente vai impor uma derrota aos nossos inimigos.

Viva a luta anti-imperialista! Viva a luta dos palestinos! Viva a luta no Brasil contra as chacinas!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

78 anos da Nakba

Viva a luta anti-imperialista!

Combater o militarismo capitalista no Brasil, no Oriente Médio e no mundo

A Catástrofe Palestina (Nakba) completa 78 anos. Se considerarmos que a opressão, a expulsão das terras, os assassinatos e a perseguição são tão antigos quanto ao próprio sionismo — produto legítimo do capital financeiro e do chauvinismo na virada do século XIX para o XX —, já se passa mais de um século que o povo palestino sofre as agruras da época imperialista do capitalismo — uma era de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A catástrofe palestina pode ser o prólogo do que está destinado à humanidade, caso o capitalismo não seja destruído pelas mãos daqueles que trabalham e lutam.

O dia 15 de maio marca o Dia da Nakba. Trata-se da memória do dia em que a burguesia internacional, através da ONU, com o aval da URSS estalinizada, criou no território da Palestina um Estado artificial, amparado pela falsificação histórica de que se tratava de oferecer um refúgio aos judeus após os horrores da Segunda Guerra Mundial. A falsificação foi tão bem construída e propagada pela grande mídia que, ainda hoje, 78 anos depois, há quem acredite que o Estado sionista de Israel represente o povo judeu.

A verdade, no entanto, é oposta. A criação do Estado sionista representou um movimento muito mais amplo do pós-Segunda Guerra: a partilha do mundo entre as potências vencedoras. As linhas territoriais e as zonas de influência foram refeitas: Estados foram criados, outros desapareceram e regiões inteiras passaram a ser controladas econômica e militarmente pelas nações vitoriosas. Um dos principais movimentos nesse sentido foi a transição da dominação britânica sobre a Palestina para a dos Estados Unidos.

Compreender esse movimento é fundamental para entender a crise internacional atual. O esgotamento da partilha do mundo é o fator determinante que tem impulsionado a escalada bélica, os realinhamentos políticos e as guerras de dominação. O fator-chave da crise atual é a ascensão econômica da China, que rivaliza com a hegemonia estadunidense. A guerra de dominação no Oriente Médio — envolvendo os EUA e Israel de um lado, e a Palestina, Líbano, Iêmen e Irã do outro — revela até onde o imperialismo pode chegar para manter seu domínio.

A guerra comercial dos Estados Unidos contra a China fundamenta diversos conflitos atuais, ainda que estes possuam raízes próprias. É o caso da hostilidade contra o Irã. Trata-se de um conflito histórico do imperialismo contra o regime dos aiatolás, mas a dinâmica tornou-se mais aguda à medida que o Irã se tornou um dos principais fornecedores de energia para o gigante asiático.

Daí surge a necessidade de se colocar, inabalavelmente, ao lado das nações oprimidas contra as opressoras. É preciso posicionar-se ao lado dos povos atacados pelo imperialismo em qualquer latitude: na Palestina, no Irã, no Líbano, na Venezuela ou na Ucrânia apesar de sua particular situação. O movimento operário internacional já indicou o caminho: é preciso formar uma frente única anti-imperialista, a partir dos sindicatos e movimentos populares, para responder em conjunto à barbárie imposta aos trabalhadores de todo o mundo.

A luta anti-imperialista nacional vincula-se à luta internacional

Nossa distância geográfica da Palestina não pode enfraquecer a luta pelo fim das guerras de dominação e pela libertação da Palestina histórica. Devemos partir do princípio de que a classe operária é internacional e, por isso, deve se unir contra a decomposição capitalista que conduz à miséria, à fome e à violência. Enquanto o patriotismo e o chauvinismo separam os operários, a luta anti-imperialista os une.

Nestes mais de dois anos e meio de genocídio contra os palestinos, a luta e a solidariedade desde o Brasil viveu altos e baixos,

refletindo a crise de direção revolucionária do proletariado, expressa na política governista e colaboracionista da maior parte das direções sindicais brasileiras. O fato de o governo Lula manter relações políticas, econômicas e militares com o Estado sionista não parece ter sido suficiente para que essas organizações rompessem com o governo. Não faltaram súplicas para que o Brasil rompesse com Israel, mas, em troca, o governo ofereceu apenas palavras de solidariedade, sem ações concretas.

Como resultado, o sionismo no Brasil sentiu-se fortalecido para avançar na perseguição aos lutadores. O caso recente mais grave foi a condenação de Zé Maria, do PSTU, a dois anos de prisão por condenar o genocídio em um ato público. Trata-se de uma afronta da Conib e de outras entidades sionistas que atuam livremente no país sob a proteção da justiça burguesa. Nesse cenário, o projeto de lei de Tabata Amaral, que tenta criminalizar críticas a Israel como antisemitismo — uma falsificação grosseira —, ganha corpo no Legislativo e representa um perigo real aos que lutam.

Em São Paulo, a manifestação do Dia da Nakba vincula-se às organizações do Cordão da Mentira e às Mães de Maio, que completam 20 anos de luta contra as chacinas promovidas pelo Estado em 2006. Os eventos estão conectados pelos fios da luta de classes. As diferenças entre o militarismo imperialista no Oriente Médio e o militarismo do Estado brasileiro contra a periferia são apenas de grau; ambos indicam que a burguesia, através de seus governos, irá até as últimas consequências para se manter.

Diante da crise mundial, do genocídio em Gaza, do avanço colonial na Cisjordânia, dos bombardeios ao Líbano, da guerra ao Irã e do cerco da OTAN à Rússia, da guerra na Ucrânia e do ataque à Venezuela, este Dia da Nakba deve ser um grito de revolta dos oprimidos. No Brasil, as manifestações devem exigir a constituição de uma frente única anti-imperialista.

Cabe à vanguarda consciente trabalhar incansavelmente para superar a crise de direção da classe operária, formando comitês de luta anti-imperialista nos sindicatos, locais de trabalho e estudo. Devemos construir oposições que defendam o fim do genocídio e a libertação da Palestina — que deve tomar a forma de uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Viva a luta dos povos oprimidos de todo o mundo!

Viva a resistência palestina!

Abaixo a perseguição política aos lutadores!

Construir a Frente Única Anti-imperialista!

Manifestações da Nakba pelo mundo

As manifestações globais em memória da Nakba em maio de 2026 — marcando os 78 anos do deslocamento em massa de palestinos em 1948 — aconteceram exigindo o fim do genocídio em Gaza e a liberdade da Palestina. Abaladas pela continuidade da crise humanitária, as ruas e os campi universitários tornaram-se o centro de fortes lutas.

Abaixo apresentamos um resumo dessas manifestações em 12 países. De conjunto, é possível observar que existe grande disposição de luta das massas, o que também mostra que a grande mídia não pode mais conter a revolta com sua campanha criminosa de defesa do Estado de Israel e da introdução da confusão nos trabalhadores em relação ao antissionismo e antisemitismo. Falta, no entanto, a unificação das lutas nos diferentes países, o que tem sido travado pelo corporativismo das direções políticas desses movimentos.

A bandeira que corresponde à necessidade unificação é a da frente única anti-imperialista, organizada desde os sindicatos e movimentos populares, que poderá dar forma internacional

às inúmeras manifestações contidas nos limites das fronteiras nacionais.

Reino Unido

A capital Londres testemunhou uma das maiores mobilizações deste mês. A marcha nacional da Nakba reuniu dezenas de milhares de pessoas no sábado, 16 de maio, caminhando de South Kensington até Pall Mall. O protesto exigiu o cessar-fogo permanente em Gaza e o embargo total de armas por parte do governo britânico.

A manifestação ocorreu no mesmo dia de uma marcha anti-imigração da extrema-direita organizada por Tommy Robinson. Para conter o risco de confrontos civis e proteger locais religiosos, a Polícia montou uma operação com mais de 4.000 policiais, helicópteros e reconhecimento facial, garantindo que o ato pró-Palestina ocorresse em rotas estritamente controladas. Os protestos pró-Palestina neste país têm sido marcados por forte repressão.

Estados Unidos

Diversas cidades norte-americanas registraram marchas massivas no fim de semana de 16 e 17 de maio. Em Nova York, os manifestantes concentraram-se no Washington Square Park carregando chaves simbólicas — o maior emblema do "direito de retorno" dos refugiados palestinos. Em Washington D.C., os protestos tomaram os arredores da Casa Branca, unindo ativistas de direitos humanos e comunidades árabes.

Os movimentos de resistência nos EUA tiveram grandes importância nesse período de massacre palestino. As ocupações em universidades foram seu ponto alto. Infelizmente refluíram devido a forte repressão estatal e da burocracia universitária, além da campanha e perseguição sionista.

França

Em Paris e outras grandes cidades francesas, as marchas da Nakba contaram com forte vigilância policial devido às rígidas diretrizes do governo local sobre manifestações públicas. Junto da Alemanha, foi o país que mais reprimiu atos em defesa da Palestina. Os atos deste mês concentraram-se em denunciar a crise humanitária e pressionar por sanções diplomáticas contra o governo israelense.

A mobilização francesa teve forte participação de movimentos juvenis e sindicatos. Embora o clima estivesse tensionado pelas restrições de segurança impostas pelas autoridades francesas, os atos mantiveram o caráter de passeatas lentas pelos centros urbanos, evitando confrontos.

Austrália

Cidades como Sydney e Melbourne registraram protestos robustos no meio do mês de maio. Os manifestantes australianos focaram seus discursos na cobrança de posicionamentos mais firmes do governo federal e no encerramento de laços logísticos que de alguma forma pudessem alimentar as hostilidades no Oriente Médio.

Assim como no hemisfério norte, os campi das principais universidades australianas serviram de base de apoio para a organização das caminhadas, que contaram com a participação de comunidades de imigrantes e blocos estudantis em marchas pacíficas pelos distritos comerciais.

Jordânia

Dada a sua proximidade geográfica e a imensa população de origem palestina, a Jordânia foi palco de grandes manifestações. Os protestos concentraram-se na capital, Amã, e em regiões próximas às fronteiras terrestres, atraindo milhares de cidadãos logo no dia 15 de maio até o dia 16.

Os manifestantes jordanianos usaram a data para reforçar os apelos de ajuda humanitária imediata e protestar contra as operações militares em segurança na Cisjordânia e em Gaza, mantendo o país sob alerta máximo de segurança nas áreas diplomáticas e fronteiriças.

Líbano

No Líbano, a memória da Nakba foi fortemente marcada pelo contexto de segurança volátil do próprio país. Os protestos ocorreram tanto na capital, Beirute, quanto nos históricos campos de refugiados palestinos estabelecidos no sul e no norte do território libanês. Os atos misturaram a tradicional reivindicação do direito de retorno às terras de 1948 com discursos inflamados sobre o reinício de conflitos de alta intensidade na região de fronteira, tornando os protestos deste mês eventos de conteúdo radicalizados, segundo a rede Al Jazeera.

O Líbano sofre de constantes ataques do sionismo israelense, sob o pretexto de combater o Hezbollah, mas como o mesmo conteúdo colonialista que utiliza na Palestina. A incorporação de parte do território libanês está nos planos de Netanyahu.

África do Sul

As manifestações da Nakba na África do Sul, lideradas por movimentos sociais em Joanesburgo e na Cidade do Cabo, foram grandes. Os manifestantes traçaram paralelos históricos entre a Nakba e o regime do Apartheid, ecoando a postura jurídica que o governo sul-africano adotou nos tribunais internacionais. Esse movimento através da ONU, no entanto, se mostrou deficiente, servindo mais para desviar a luta das ruas, do que para impor de fato qualquer sanção à Israel. As marchas pediram ainda o isolamento diplomático contínuo de Israel e celebraram a resistência cultural palestina por meio de eventos artísticos e discursos.

Argentina

Na América do Sul, Buenos Aires registrou atos organizados por comitês de solidariedade, organizações de esquerda e frentes estudantis. O cenário argentino foi marcado por discursos que criticavam o alinhamento do governo de Javier Milei com o Estado de Israel.

Embora o volume de participantes tenha sido menor em comparação com as capitais europeias e norte-americanas, a manifestação da Nakba na Argentina ganha relevância por expor a profunda polarização política interna do país. Junto às marchas no Brasil, foram as maiores manifestações da América do Sul.

Espanha

A Espanha registrou massivos protestos em várias de suas principais cidades, com destaque para Barcelona e Madrid no final de semana de 16 e 17 de maio. Os manifestantes lotaram os centros urbanos exigindo um cessar-fogo imediato, o fim definitivo da venda de armas para Israel e medidas severas de responsabilização internacional. Não foram registrados confrontos com a polícia.

Alemanha

Em Berlim, as marchas da Nakba atraíram milhares de pessoas às ruas, mas ocorreram sob um cenário de extrema vigilância e controle policial. Diante do histórico recente de restrições rígidas impostas pelo governo alemão contra manifestações pró-Palestina, o ambiente na capital esteve altamente tensionado, o que não impediu que uma massa de pessoas fosse para as ruas. A Alemanha se destaca na Europa em relação à repressão aos atos contra Israel e em favor da Palestina.

Organizações de direitos humanos, coletivos e partidos de esquerda lideraram os discursos na capital alemã, focando na exigência da suspensão imediata de tratados comerciais e no julgamento internacional de crimes humanitários. Embora acompanhado de perto pelas forças de segurança com bloqueios em pontos centrais, o ato manteve seu curso programado de forma majoritariamente controlada.

Canadá

O Canadá viu seus maiores centros urbanos, incluindo Toronto, Montreal e Vancouver, tornarem-se palcos de fortes manifestações em memória da Nakba, impulsionadas intensamente pelas coalizões estudantis. Os acampamentos e protestos em campi universitários canadenses serviram como o principal vetor de mobilização urbana ao longo do mês de maio. A agitação social canadense ecoou diretamente nas esferas oficiais do governo. O aumento da pressão pública nas ruas e universidades coincidiu com uma série de respostas diplomáticas formais do governo.

Argentina

O regime político da ditadura civil está totalmente decomposto e é irrecuperável

Não são apenas os Milei, Menems e Adorni, são o FMI e as grandes corporações nacionais e estrangeiras que ordenam sua política

A podridão da politicagem corre paralela à incapacidade da burguesia de resolver a crise econômica que está afundando o país e os trabalhadores

(Extraído do Masas argentino nº 502, editorial)

No último mês, vimos como o governo se desmorona defendendo seu chefe de gabinete Adorni, a mídia que apoia Milei começa a se distanciar do escândalo constrangedor do campeão da moralidade e da luta contra a casta e a corrupção, que aparece comprando propriedades e reformando-as, comprando carros e pagando viagens caras ao exterior, por várias centenas de milhares de dólares nesses dois anos, sem ter recursos para isso.

Além disso, dias atrás Carlos Frugoni renunciou ao cargo de Secretário de Coordenação de Infraestrutura, por não declarar sete propriedades em Miami e duas empresas comerciais perante o Escritório Anticorrupção. Despesas pessoais de luxo com cartões de crédito de empresas estatais como a Nucleoeléctrica estão sendo investigadas. Outro escândalo foram os empréstimos milionários do Banco Nación com taxas de juros subsidiadas para diversos funcionários. Por exemplo, Carolina Olivera, da Unidade Técnica de Gestão Operacional do PAMI, que obteve um empréstimo de mais de 500 milhões de pesos e hoje tem uma dívida de mais de 565 milhões de pesos com o banco estatal. E também os contratos de consultoria ou publicidade realizados por empresas estatais ou entidades oficiais para desviar dinheiro público... Estamos apenas nos referindo às denúncias dos últimos meses. Tudo enquanto repetem o discurso de que “não há dinheiro”, nem mesmo para as coisas mais essenciais e dramáticas que a população exige.

Milei encabeça pessoalmente a defesa de Adorni e impõe a todos os seus ministros e aos funcionários mais importantes que o defendam publicamente. De onde vêm os fundos? Alguns indicam que parte disso pode vir de acréscimos nos salários recebidos por funcionários de fundos reservados do SIDE, o que seria crime [rachadinha]. Outros afirmam que são propinas pela compra de remédios sobrefaturados, outro crime. Ou por ter participado da cripto-estafa Libra. Ou, pelos serviços pelas leis e decretos por encomenda de determinados grupos empresariais, pois já sabemos como as leis são “elaboradas” e como as leis são aprovadas. Ou para transmitir ao Presidente ou a alguns ministros certas propostas de negócios. Ou as contribuições voluntárias de empresários para a “causa”. Ou por tudo isso junto. A defesa coletiva de Adorni se explica pelo fato de que todos conhecem e compartilham a operação criminosa.

Operam de forma grosseira porque sabem que o poder, o verdadeiro poder, os sustenta e acreditam que isso lhes garante impunidade. Quem vai investigá-los? Se o Congresso é cúmplice de suas políticas e mostrou ser incapaz até mesmo de impor limites ao governo. Quantas denúncias de chantagem, propinas e favores para obter suas leis! O Congresso é funcional ao regime da ditadura do capital, fingindo opor-se, deliberar, mas validando as principais linhas anti-nacionais e anti-operárias. Não esqueçamos os narco-deputados que conseguiram encabeçar listas de candidatos. O judiciário garante impunidade pelos principais crimes. Só quando o navio começa a afundar é que eles soltam sua mão, como está

começando a acontecer.

A corrupção é parte indivisível de todos os governos capitalistas. Na época do declínio do capitalismo, nenhum negócio importante é resolvido por meio da concorrência e da transparência. Sigilo e lobby são práticas comuns.

Em um contexto de catástrofe social como o que estamos vivenciando, essa corrupção tem outra dimensão, pois entra em conflito com a crueldade de negar medicamentos a aposentados, a pacientes com câncer, negar repetidas vezes os subsídios aos deficientes, negar os orçamentos necessários para saúde, educação, ciência, obras públicas, reduzir os salários dos funcionários públicos e da maioria dos trabalhadores. Claro, a corrupção é um problema secundário em comparação com os desastres que o governo está causando, e certamente desvia a atenção, mas é necessário responder porque tem ocupado a mídia há semanas. [?]

Toda politicagem burguesa é um nojo imundo. Nenhum setor está disposto a acabar com a corrupção e o saque, mesmo que em seus discursos encham a boca com denúncias. Ninguém ousa confrontar o FMI, as grandes corporações e defender os interesses da maioria. Todos eles estão a serviço daquela minoria que detém o poder, alguns remunerados por esses interesses, outros por convicção.

A queda acentuada na popularidade do governo foi acentuada pelos casos de corrupção, mas a tendência crescente à rejeição começou antes, com a reforma trabalhista, a inflação imparável, o desastre no transporte, privatizações, fechamento de empresas e os ataques que mencionamos. Se traduz numa resposta popular nas ruas, à qual a burocracia da CGT e dos CTAs viram as costas. O governo apela à repressão, censura e agressão contra aqueles que levantam a voz para denunciar a crise.

As grandes corporações estão discutindo como substituir Milei para garantir que suas conquistas perdurem, querem evitar que ele caia devido a um levante social e duvidam que sobreviva até as eleições do próximo ano. Os principais jornais financeiros do mundo destacam a crise política e econômica.

Para acabar com a corrupção e o saque, precisamos acabar com o capitalismo. Uma nova classe social, a classe operária, que nunca ocupou o poder, deve assumir as rédeas do país apoiado pela maioria oprimida. Impor verdadeiros tribunais populares onde julgemos e punamos os crimes contra o povo e recuperemos tudo o que saquearam. Um governo apoiado nas assembleias populares onde debatamos as principais medidas e sua execução, onde posamos demitir funcionários inúteis, que não cumpram o mandato de suas bases. Para desenvolver essa política, precisamos fortalecer o partido revolucionário que encarna essa política. O capitalismo não pode ser reformado, nos afunda na pobreza, desemprego, precariedade, corrupção e guerras.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Catástrofe social: a situação econômica é tão terrível para as massas quanto a de 2001

As mentiras do governo são um escárnio cruel sobre o sofrimento das massas
(Extraído do Masas argentino nº 502)

Há um extraordinário retrocesso no poder de compra da população. Salários e aposentadorias são ajustados bem abaixo da inflação real.

A inflação não pôde ser derrotada, continua crescendo por 10 meses, mesmo com os índices oficiais mentirosos. As tarifas continuam sendo ajustadas; os subsídios ao gás são eliminados mesmo em “zonas frias”, eletricidade, transporte, água, para alcançar o superávit fiscal exigido pelo FMI.

O aumento internacional do preço do petróleo e dos fertilizantes, como resultado da guerra entre os EUA e Israel contra o Irã, tem impacto direto no transporte, cargas e todas as mercadorias, porque o governo libertou preços, como se estivessemos importando petróleo do Oriente Médio. É daí que vêm os enormes lucros das companhias petrolíferas.

A perda de poder de compra tem repercussões em uma queda permanente no consumo, na produção e no aumento do desemprego. A arrecadação de impostos também diminui.

Mais tarifas: a AYSA (Cidade de Buenos Aires e 26 distritos da área metropolitana) reajustará em mais 3% o gás, embora com variantes dependendo da categoria de usuário e do nível de consumo. Medicamentos pré-pagos entre 3 e 3,9%, e o transporte na AMBA (ônibus, metrô e pedágios de Buenos Aires) aumentará 5,4%, em virtude de uma regra que estabeleceu sua correção pela inflação do mês anterior mais dois por cento. Os serviços de telefonia e conexão com a internet também terão aumentos próximos a 3,5%. Estão jogando gasolina no fogo inflacionário que nunca se apagará.

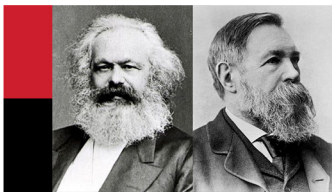
O acordo Mercosul-União Europeia entrou em vigor. Nenhum benefício para a maioria. A possibilidade de exportar carne bovina e aves para a Europa será um novo pesadelo para a população, que verá os preços se ajustarem novamente pelo preço internacional. A importação de bens sem tarifas é outra ameaça ao que resta da indústria nacional. Somente os empresários do agronegócio podem comemorar.

O endividamento das famílias, que eles chamam de “estomacal”, porque é para comprar comida, atingiu o limite. A inadimplência bancária e em entidades paralelas (40%!!) é um recorde histórico. “El Cronista Comercial” destaca “alerta financeiro: a maioria das dívidas é irreversível.” Dez milhões de famílias afetadas. Em províncias como La Rioja, a inadimplência chega a quase 30%. “Eles estão concentrados em províncias com três condições críticas: alta informalidade, baixo nível de poupança e pouco acesso a crédito formal.” Os bancos cobram taxas de juros que são um roubo, superiores a 130% ao ano, para refinanciar a dívida dos cartões. Em entidades não bancárias, pode ser o triplo.

O plano de demissões no Estado continua, somando-se aos milhares produzidos em empresas privadas. Nos únicos setores onde há crescimento (mineração, petróleo, bancos e agricultura), o número de empregos não aumenta, diminui.

As mentiras de Milei e seus ministros sobre o progresso da economia há muito deixaram de ser uma piada e se tornaram um escárnio flagrante da situação urgente que está sendo vivida. Cada vez que falam, a raiva e o cansaço crescem.

Até quando? Até que as massas apliquem o escarmento.



► Assimilando o socialismo científico Materialismo histórico

Dando continuidade à exposição da concepção e conceitos do socialismo científico, iniciada no número 761 do Jornal Massas, apresentamos extratos do Prefácio escrito por Karl Marx na sua Contribuição à Crítica da Economia Política publicada em 1859, em que antecipou algumas das análises que desenvolveu em O Capital. Agora, selecionamos as passagens sobre o “Método da Economia Política”, que constitui a terceira parte da “Introdução à Crítica da Economia Política”.

O objetivo é o de verificar a relação entre a concepção materialista e o método dialético de conhecimento da realidade objetiva em seu processo de constante transformação. Temos consciência de que a seleção de partes pode dificultar a compreensão, mas o leitor tem como recorrer ao texto em sua íntegra, aqui indicado. Assinalamos a importância da seguinte fundamentação do método materialista dialético: “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação”. Se aprende o método científico da economia política estudando a obra de Marx e Engels no percurso da luta de classes e da construção do partido revolucionário.

Método da Economia Política

Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que constitui a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, em uma observação atenta, percebemos que há aqui um



erro. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços etc.

Assim, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do todo. Por uma análise cada vez mais precisa, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado, passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica do todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações.

Tal foi historicamente, a primeira via adotada pela economia política ao surgir. Os economistas do século XVII, por exemplo, partem sempre do todo vivo: população, nação, Estado, vários Estados. No entanto, acabam sempre por descobrir, mediante a análise, um certo número de relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples, tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevavam até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial. Esse segundo método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, igualmente, o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento.

Eis por que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si, se aprofunda e se movimenta por si próprio, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado. Mas, também, não é esse o processo da gênese do próprio concreto. Por exemplo, a categoria econômica mais simples, o valor de troca, por hipótese, supõe a população, uma população produzindo em condições determinadas; supõe ainda um certo tipo de família, ou de comuna, ou de Estado etc. Só pode existir sob a forma de relação unilateral e abstrata de um todo concreto, vivo, já dado. Como categoria, pelo contrário, o valor de troca leva uma existência ante diluviana.

Para a consciência – e a consciência filosófica considera que o pensamento, que concebe, constitui o homem real, e, conseqüentemente, o mundo só é real quando concebido – para a consciência, portanto o movimento das categorias surge como ato de produção real – que recebe um simples impulso do exterior, o que é lamentado – cujo resultado é o mundo; e isso (mas se trata ainda de uma tautologia) é exato na medida em que a totalidade concreta enquanto totalidade pensada, enquanto representação mental do concreto, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber. Ele não é, pois, de forma alguma o produto do conceito que desse origem a si próprio, que refletisse exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. O todo, na forma em que aparece no pensamento como totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela reli-

gião, pelo pensamento prático. Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do pensamento; e tanto mais quanto a atividade do pensamento for meramente especulativa, meramente teórica. Consequentemente, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no pensamento como ponto de partida. (...)

A sociedade burguesa é a organização histórica de produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por esse fato, as categorias que exprimem as relações dessa sociedade, e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedades desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não desaparecidos, continuam a subsistir nela, e de que certos simples sinais, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação. (...) Da mesma forma, a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga etc. Mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêm em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa. (...) Como (...) a sociedade burguesa é apenas uma forma antagônica do desenvolvimento histórico, há relações pertencentes a formas de sociedade anteriores que poderemos encontrar nela completamente atrofiadas, ou até disfarçadas. (...)

Do mesmo modo que em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o sujeito, nesse caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no pensamento. Não esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, conseqüentemente, essa sociedade de nenhuma maneira começa a existir, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que ela esteja em questão como tal. (...) Em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem todas as outras produções e as relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. (...) O capital é a força econômica da sociedade burguesa, que tudo domina; constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada. (...)

Seria, portanto, impossível e errado classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinantes. A sua ordem é pelo contrário determinada pelas relações que existe, entre elas na sociedade burguesa moderna e é precisamente contrária ao que parece ser a sua ordem natural ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso da evolução histórica. Não está em causa a relação que se estabeleceu historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diferentes formas de sociedade. (...)

O plano a adotar deve evidentemente ser o seguinte: 1) as determinações abstratas gerais, mais ou menos válidas para todas as formas de sociedade, mas consideradas no sentido atrás exposto; 2) as categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa, sobre as quais assentam as classes fundamentais. O capital, o trabalho assalariado, a propriedade fundiária. As relações recíprocas. A cidade e o campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O crédito (privado); 3) Concentração da sociedade burguesa, sob a forma de Estado, considerada em relação consigo própria. As classes "improdutivas". Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A emigração; 4) as relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. Os câmbios; 5) o mercado mundial e as crises.

(Extraído "Contribuição para a crítica da economia política", Karl Marx, Editora Estampa, Lisboa, 1973)